

Aronoff (1976) e Basílio (1980) têm soluções diferentes para focalizar a (im)produtividade. Para Aronoff, as RFPs dão conta de tudo, uma vez que há um contínuo de produtividade. Para Basílio, fenômenos produtivos são descritos por RFPs, ao passo que a análise estrutural (de lexemas formados por regras produtivas ou não) ficam a cargo de **Regras de Análise de Estrutura** (ou RAEs).

Para Basílio, uma RFP tem como contraparte uma RAE. Assim, a par da RFP em (6.1), aqui repetida por conveniência, haveria uma RAE, que representa a possibilidade de o falante reconhecer a estrutura de formações em *-ção*.

RFP: $[X]_v \rightarrow [[X]_v \text{ -}çãõ]_N$

RAE: $[[X]_v \text{ -}çãõ]_N$

Quando dizemos que conhecemos uma palavra, dominamos, porém, mais do que a relação entre uma cadeia sonora e um significado, ou, no caso de uma palavra complexa, sua estrutura. Dominamos, também, as variações que abrangem as classes de palavras como um todo e que “completam uma palavra pela marcação de suas relações no interior de estruturas mais amplas” (Anderson, 1985b: 162). Estamos falando da flexão. Mais especificamente: um lexema pode combinar-se com propriedades morfossintáticas. É este o tema dos dois capítulos a seguir.

7

Classes de palavras, tipos de significado e questões relacionadas

7.1. Introdução

A tradição gramatical greco-latina reconheceu na palavra características de três tipos: (a) *semânticas*, que nos deram definições como *o substantivo é a palavra que nomeia os seres*, ou como questões acerca de quais os elementos que podem ser suprimidos do enunciado mantendo-se, ainda assim, uma estrutura com significado; (b) *morfológicas*, como, por exemplo, o reconhecimento de que o nome pode flexionar-se em Gênero, Número e Caso, mas não em Tempo, Modo ou Voz; e (c) *sintáticas*, como a identificação de que o nome, mas não o verbo, pode funcionar como sujeito, além de questões variadas acerca dos fenômenos de *concordância* e *regência*. Em decorrência desse feixe de propriedades semânticas, morfológicas e sintáticas as palavras foram distribuídas em *classes de palavras*, ou, na nomenclatura tradicional, em *partes do discurso*.

ⓘ O termo **categoria** também costuma ser empregado no sentido de *classe*. Nos trabalhos sobre sintaxe, **categoria** designa os constituintes de uma expressão lingüística. É, por conseguinte, um termo mais amplo que *parte do discurso*, porque abrange tanto nomes, verbos, adjetivos, como posições numa estrutura, elementos abstratos, como as *categorias vazias* ou *pro* (que representa o sujeito nulo de línguas como o português). A denominação *categoria* representa ainda propriedades de um sistema flexional, tais como T(empo) ou Agr (abreviação do termo inglês para Concordância).

Nos trabalhos sobre morfologia, **categoria** costuma manter o significado mais tradicional, de *conjunto de propriedades que se associa a determinada parte do discurso*, como Caso, Pessoa, Tempo, Modo, Aspecto, Voz, Gênero, Número...

Em consequência da tradição gramatical, habituamo-nos a considerar as palavras do português como pertencentes a dez *classes de palavras* – **nome, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição**, tam-

bém presentes nas descrições tradicionais do grego clássico, do francês, do inglês, do espanhol –, e a vê-las, por essa razão, como o inventário das classes universais que, uma vez estabelecidas, deveriam estar sempre presentes nas descrições de toda e qualquer língua. Em línguas distintas, reconhecemos uma classe como a mesma com base em critérios gramaticais particulares a cada língua: embora o nome em inglês (e também em português), por exemplo, seja em grande parte identificado pela co-ocorrência com o artigo, em latim, que não tem artigos, distingue-se fundamentalmente pelas marcas flexionais (Dixon, 1977: 19).

Nem sempre, porém, essas dez classes podem ser detectadas numa língua. Já havíamos percebido isso nas primeiras aulas de Latim: não havia nada semelhante aos artigos do português (exemplo em Nóbrega, 1959:20):

(7.1) Mensae discipularum parvae sunt
 mesa-NOM-PL aluna-GEN-PL pequena-NOM-PL são

‘As mesas das alunas são pequenas’

Por conseguinte, não há motivo para espanto em descobrirmos que o iana, língua indígena norte-americana já extinta, de que Morris Swadesh fez um dicionário a partir do material deixado por Sapir (Sapir & Swadesh, 1960), contava apenas com nomes, verbos, umas “proclíticas relacionais” que incluíam marcadores de Caso e determinantes, além de um pequeno conjunto de interjeições. Em outro trabalho, Sapir (1921: 122 n43) afirmara que, nessa língua, “o adjetivo é um verbo. São-no igualmente os numerais, o pronome interrogativo [...] e certas conjunções e advérbios [...]. Os advérbios e as preposições são quer nomes, quer meros afixos na derivação do verbo”. A essa altura, qualquer crença na universalidade de um sistema de dez classes está desacreditada.

Talvez a única distinção universal entre classes seja aquela entre o verbo e o nome. Negada para o fijiano mas em especial a partir de dados das línguas mosan (que inclui as famílias wakashan, salishan e chimakuan), a distinção nome-verbo vem sendo reafirmada em reanálises dessas mesmas línguas: como nota Schachter (1985:7), os contra-exemplos que tais línguas fornecem parecem resumir-se a uma questão de dados incompletos e assim, forma-se o consenso de que, embora em línguas como o iana o nome e o verbo tenham “certos traços comuns que os aproximam um do outro numa medida que nos pareceria impossível”, “nenhuma língua prescinde totalmente da distinção entre nome e verbo” (Sapir, 1921: 122; ver também Dixon, 1977: 72n1).

Um dos autores que negaram a universalidade da distinção entre nome e verbo foi Bloomfield (1933: 20). Ao defender a indução na análise lingüística como meio de prevenir as distorções herdadas da tradição greco-latina, Bloomfield partia da hipótese de que todas as línguas são diferentes do latim, e afirmava que alguns “traços, como, por exemplo, a distinção entre palavras semelhantes a verbo e palavras semelhantes a nomes como diferentes partes do discurso são comuns a muitas línguas, mas não estão presentes em outras”.

Outro autor que seguiu pela mesma trilha foi Charles Hockett (1958: 274): “Pelo menos uma língua, o nutka, sabe-se que tem um sistema bipartite [de partes do

discurso, MCRJ. Uma importância desse sistema é que ele invalida qualquer proposta de que o contraste entre nome e verbo seja universal no nível das partes do discurso”. A análise do nutka foi revista por vários autores, que discordaram da afirmação de Hockett. Voltaremos adiante a este tema na seção 7.4.2.

Adjetivos, por exemplo, não constituem uma classe em todas as línguas, e o mesmo acontece com advérbios. O que não significa que em qualquer dessas línguas não se possam exprimir os significados que, em português, expressaríamos por meio dessas classes. Assim, dentre os vários mecanismos pelos quais algumas línguas – como o haússa, língua afro-asiática falada principalmente na Nigéria – podem expressar o atributo *inteligente* não é por meio de um adjetivo, como faz o português, mas pode ser por meio de: (a) uma construção de posse (que utiliza de *mài/màasí* ‘possuidor-SG/possuidor-PL’) com um substantivo abstrato (7.2a); ou (b) de uma construção nome – ‘conectivo’ – nome¹, algo como fazemos, no português, ao usarmos *homem de fortuna* no lugar de *homem rico* (7.2b):

(7.2) a. mutum mai hankali (Schachter, 1985: 15)
 pessoa tendo inteligência
 ‘pessoa inteligente’

b. fári-n zánè (Newman, 1990: 720)
 brancura-de roupa
 ‘roupa branca’

Os significados que identificamos normalmente como adverbiais em português podem, por sua vez, ser expressos, por exemplo, por verbos, como em haússa (7.3a – Schachter, 1985:22), ou por sufixos que se prendem ao verbo, como em iana (7.3b – exemplos extraídos de Sapir & Swadesh, 1960):

(7.3) a. Ya fi ni hankali
 ele (PERF) ultrapassa me inteligência
 ‘ele é mais inteligente que eu’

b. -²ai ‘em fogo, em cinzas’
 -ca(a)- ‘à noite’
 -sgin- ‘pela manhã bem cedo’
 -xkid- ‘devagar’
 -xui- ‘com água, dentro da água’
 -ya(a)gal- ‘depressa’
 -yaugu- ‘certamente’
 -zu- ‘freqüentemente, de tempos em tempos’

¹ Realizado como -n, se o primeiro nome é MASC ou PL; -r, se o primeiro nome é FEM/SG (Newman, 1990: 720).

Se deixamos de lado as classes *maiores* ou *principais* – nome, verbo, adjetivo, advérbio –, no que toca às demais classes, as diferenças entre as línguas tornam-se bem mais evidentes. Talvez a única dentre estas últimas classes que parece ser universal seja a das *interjeições* (Schachter, 1985: 23). É interessante que assim seja, uma vez que, sintaticamente, as interjeições não costumam ter² relação com outras palavras do enunciado. Nossas gramáticas a definem tão-somente como uma “espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções” (Cunha, 1972: 547).

Ademais, com o conhecimento adquirido a partir do estudo de línguas não indo-européias, sabemos que alguns tipos de palavras não se ajustam bem a qualquer dessas classes. É o caso, por exemplo, dos *ideofones* (seção 7.5.12, adiante), reconhecidos primeiramente no estudo de línguas africanas como um tipo particular de advérbio de modo. Em línguas indígenas brasileiras como o uari³ e o hixkaryana⁴, por exemplo, os ideofones compartilham propriedades fonológicas com as interjeições (vide Derbyshire, 1985: 24; Everett & Kern, 1997: 427ss), o que os faz a ambos serem apresentados em conjunto nestas línguas.

Afora as diferenças entre as línguas, a historiografia lingüística revela-nos diferenças no tocante aos esquemas classificatórios propostos para as palavras, e assim descobrimos que aquele esquema de dez classes que nos é familiar não prevaleceu nem mesmo na Antigüidade Clássica. Tampouco tiveram sempre acolhida algumas das distinções que nos acostumamos a considerar *naturais*.

Em suma: reconhecer que as palavras de qualquer língua podem ser organizadas em classes é algo aceito por quase toda a literatura lingüística. Quantas e quais são, isto já é outra história, como veremos em seguida.

7.2. O número de partes do discurso

Até o estabelecimento do esquema “canônico” de oito classes, por volta do século II a.C., e mesmo depois disso, várias possibilidades de organização das palavras em classes foram aventadas nos chamados estudos tradicionais. Ilustramos em seguida parte dessas possibilidades com algumas das propostas da Antigüidade que foram relevantes para o pensamento ocidental.

² Interjeições como *oxalá*, *tomara* parecem constituir-se em exceção, uma vez que co-ocorrem com o Subjuntivo. Isto leva, porém, ao questionamento do *status* de interjeição, e a ver nelas a marcação de modalidade, isto é, da atitude do falante em relação ao que declara – no caso, indicam o desejo de que algo se realize.

³ O uari é uma língua indígena brasileira, falada em Rondônia, na fronteira com a Bolívia.

⁴ Língua caribe falada no Amazonas, na região dos rios Nhamundá, Mapuera e Jatapu.

Na *Arte Poética* (doravante *Poet.*), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) distingue **duas** classes: o *nome* e o *verbo* (*Poét.* 20, 8-9). Ambos são portadores de significado, mas seus componentes não têm significado⁵. Verbo e nome distinguem-se, respectivamente, pela presença ou ausência de Tempo⁶. Aristóteles reconhece ainda a *conjunção* e o *artigo* ou *articulação* (gr. *árrhron*) também como elementos essenciais da elocução; no entanto não lhes reconhece significado, mas a função quer de atuarem como uma espécie de cimento na formação da proposição simples (isto é, de uma sentença que declara ou nega algo, e que é verdadeira ou falsa e que, por conseguinte, transmite significado), quer de identificador de unidades dentro do enunciado, como no caso do artigo. Não faz sentido, nesse sistema, incluir a conjunção ou o artigo no conjunto formado pelo nome e pelo verbo. Como nota Baratin (1989: 20) acerca das conjunções, “um elemento que une partes de um conjunto não pode ser ele mesmo uma parte desse conjunto, porque seria, ao mesmo tempo, o que une e o que é unido: seria contraditório”.

☞ A nomenclatura pode ser (e normalmente é) enganadora, quando trabalhamos com épocas tão distantes, sobretudo quando os testemunhos de uma obra nos chegaram em mau estado (no caso da *Poética*, a mutilação do texto é enorme, e partes inteiras se perderam. Uma dessas partes perdidas inspirou o romance de Umberto Eco – *O nome da rosa*).

A **conjunção** parece ser aqui mais do que um tipo específico de palavra, pois abrange: (a) um conceito semelhante ao de *coesão*, e, nesse sentido, “a *Ilíada* é uma unidade por conjunção” (*Poét.* 20, 13); e (b) a sinalização explícita da coesão por meio de palavras específicas.

O erudito latino Varrão (116-27 a.C.) retoma as duas *partes* de Aristóteles e as reelabora, em termos estritamente gramaticais, num sistema de **quatro** elementos ou *palavras variáveis*⁷. Define as classes com relação às categorias Caso e Tempo: o

⁵ Assim, embora o nome *Teodoro* seja formado de *théos* ‘deus’ e *dóron* ‘presente’, “em Teodoro, o elemento *doro* não apresenta significado” (*Poét.* 20, 8).

⁶ Em *De Interpretatione*, Aristóteles define o nome como “um som vocal, possuidor de uma significação convencional, sem referência ao tempo, cujas partes não apresentam significação caso tomadas separadamente.”

⁷ Varrão (*De Lingua Latina* VIII, III, 9) distingue dois tipos de palavras: *fecundum* e *sterile*. Ao primeiro tipo pertencem aquelas que podem dar origem a diferentes formas por flexão, como *lego* ‘reúno’, *legi* ‘reuni’, *legam* ‘reunirei’. Ao segundo tipo pertencem aquelas que não podem ser flexionadas, como lat. *et* ‘e’, *iam* ‘já’, *vix* ‘dificilmente’, *magis* ‘mais’, *cur* ‘porque’, ou *cras* ‘amanhã’: “Duo enim genera verborum, unum *fecundum*, quod declinando multas ex se parit disparilis formas, ut est *lego legi legam*, sic alia, alterum genus *sterile*, quod ex se parit nihil, ut est *et iam vix cras magis cur*.” O tratamento de um desses tipos como *palavras variáveis* é uma simplificação a que procedemos neste texto.

nome⁸ (ou *appellandi* ‘que nomeia’), que tem Caso, mas não Tempo; o *verbo* (ou *dicendi* ‘que declara’), que tem Tempo, mas não Caso; o *particípio* (ou *iungendi* ‘que une’), que tem Caso e Tempo; e o *advérbio* (ou *adminiculandi* ‘que apóia’), sem Caso nem Tempo.

Estóicos (ca. século II a.C.), como Crisipo (ca. 280-207 a.C.) e Diógenes de Babilônia (ca. 240-152 a.C.), reconheceram cinco classes: mantiveram o *verbo*, a *conjunção* e o *artigo* e subdividiram os nomes no que poderíamos chamar *nomes próprios* e *nomes comuns*, com base na diferente declinação e na possibilidade de formação de patronímicos a partir dos primeiros, mas não destes últimos.

Várias outras possibilidades quanto ao número de partes do discurso foram propostas, como, por exemplo, um sistema de **11 partes**, que distinguia como classes independentes (e não como subdivisões no interior de uma dada classe) formas finitas⁹ e não finitas do verbo, nomes próprios e comuns, além de destacar do grupo dos advérbios as partículas enfáticas (vide Matthews, 1994: 29-43).

O sistema que se fixou e que seguiria quase sem modificações até a Baixa Idade Média tinha **oito partes** (vide Matthews, 1994: 38). Segundo Matthews (*id. et ibid.*), o esquema padrão proposto pelos gramáticos gregos foi **nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção**, que deveriam ser focalizados nas gramáticas nessa exata ordem.

¹ A justificativa para essa ordem de exposição está apresentada na *Sintaxe* de Apolônio Díscolo (século I-II), e seguia a *oração perfeita* (*Sint.* I, 14). *Nomes* precedem *verbos* porque as entidades têm existência anterior às ações que executam ou sofrem (*Sint.* I, 16). Seguem-se os *participios*, que são “a transformação do verbo em formas flexivas” (*Sint.* I, 21). Os *artigos* relacionam-se com os nomes, com as formas de infinitivo e com os participios; antecedem os *pronomes* porque estes substituem os nomes, em vez de se juntarem a eles (*Sint.* I, 23-25). A *preposição* vem antes do *advérbio* porque se antepõe às partes da oração (*Sint.* I, 26), ao passo que o advérbio “funciona sintaticamente como adjetivo do verbo”, que é o segundo elemento da exposição. A *conjunção* vem por último porque não tem significado, e apenas relaciona os demais elementos (*Sint.* I, 28).

A tradição latina, com Donato (ca. 330), talvez o mais estudado dos gramáticos latinos, também manteria oito classes: **nome, pronome, verbo, advérbio, particípio,**

⁸ Na verdade, Varrão não dá nome às classes: apenas menciona que alguns as denominam, respectivamente, *appellandi*, *dicendi*, *iungendi* e *adminiculandi*: “Quod ad partis singulas orationis, deinceps dicam. Quous quoniam sunt divisiones plures, nunc ponam potissimum eam qua dividitur oratio secundum naturam in quattuor partis: in eam quae habet casus et quae habet <tempora et quae habet> neutrum et in qua est utrumque. Has vocant quidam appellandi, dicendi, adminiculandi, iungendi” (*De Lingua Latina*, VIII, XXIII, 44).

⁹ Uma **forma finita** é aquela “limitada” por Tempo/Modo, Número/Pessoa. Em suma: é uma forma verbal que pode ser a única da frase: *comemos* é uma forma finita; *comendo* não.

conjunção, preposição e interjeição. O artigo, inexistente em latim, emprestou por vezes sua denominação ao que atualmente consideramos pronome¹⁰, e a interjeição, antes agrupada nos advérbios, foi destacada destes na medida em que não se subordinava diretamente ao verbo (Matthews, 1994: 38-39). Vamos a uma visão breve das classes na tradição greco-latina.

As principais partes do discurso na tradição greco-latina da Antigüidade, isto é, aquelas essenciais na construção de uma proposição, são o **nome** e o **verbo**, que representam, respectivamente, o argumento e o predicado mais simples. O *nome* designa as entidades, ou seres, tem Caso, mas não Tempo ou Modo; o *verbo* indica as ações executadas ou sofridas (‘experimentadas’) pelos seres, e contém a indicação de Tempo, de Modo, de Voz mas não a de Caso.

¹ O termo **nome** designa, em geral, atualmente, os **substantivos**, que se constituem numa classe independente daquela dos **adjetivos**. Assim, por exemplo, para Platão¹¹, os **nomes** opunham-se aos **verbos**¹². Parece que estamos dizendo o mesmo que os estudiosos atuais. Note-se, porém, que os atuais **adjetivos** e **verbos** ficavam, para Platão, sob o mesmo rótulo: eram palavras que podiam expressar a ação ou a qualidade predicada, ao contrário dos **nomes**, que nomeavam as coisas sobre as quais algo era dito. Para os gramáticos alexandrinos, dos quais Dionísio da Trácia (170-90a.C) é talvez o mais famoso, e para alguns autores recentes, como Camara Jr. (1904-1970), por exemplo, os **nomes**, como classe, opõem-se aos **verbos**. Parece repetição de Platão? Pois não é: os **nomes** abrangem, neste caso, **substantivos** e **adjetivos**. São elementos de “valor estático” (Camara Jr., 1968: 280), ao contrário dos **verbos**, que indicam “processos” (*id. et. ibid.*), além de expressarem, por concordância, as categorias gramaticais do substantivo.

A classificação tripartite *nome, verbo, adjetivo* aqui adotada remonta à Idade Média: o nome tem independência sintática (*i.e.*, pode ser empregado sozinho com significado), ao passo que o adjetivo se junta (*adiacentis*) ao substantivo (vide Robins, 1967: 67).

¹⁰ No sistema de Varrão (*De Lingua Latina*, VIII, XXIII, 45), são *artigos* os extremos de uma escala de [+ definido] para as palavras que nomeiam, a qual poderia ser assim representada:

+indefinido	quase-indefinido	quase-definido	+definido
(<i>provocabulum</i>)	(<i>vocabulum</i>)	(<i>nomen</i>)	(<i>pronomen</i>)
pron. indef.	nome comum	nome próprio	demonstrativo
	[(<i>nominatus</i> ‘denominações’)]		
	(<i>articuli</i> ‘artigos’)		

¹¹ Procedemos aqui a uma simplificação: o termo utilizado por Platão é *rhēma*, mas, como nota Hovdhaugen (1982: 24), “a exata interpretação dos termos [*ónoma* e *rhēma*] está longe de ser óbvia”. Por vezes o texto platônico parece indicar que *rhēma* pode ser traduzido como ‘predicado’ e não como ‘verbo’.

¹² É este o sentido de *verbo* que se apresenta na etimologia do termo *advérbio* (<lat. ‘unido a, que modifica o verbo’).

O **particípio**, ao contrário do que se faz atualmente, era considerado uma classe distinta do verbo, a qual *participava* das características do nome (a ausência de Modo, a presença de Caso e Gênero) e das características do verbo (a indicação de Tempo, que permitia classificá-lo em *particípio presente* ou *particípio passado*, e o fato de suas flexões serem derivadas do verbo).

O **artigo** tinha flexão (Caso, Número e Gênero) e sua principal função era anteceder o nome, embora pudesse combinar-se também com o particípio e com o infinitivo. No primeiro caso seu uso é anafórico, uma vez que indica haver menção anterior do nome (*Sint. I, 43*)¹³.

O **pronome**, que se flexiona para Caso, Gênero, Número e Pessoa, não se combina com o nome, como o artigo o faz, antes substitui o nome. Ou melhor, segundo Apolônio Díscolo, na terceira pessoa, por ser *anafórico*¹⁴, substitui não o nome sozinho, mas o Artigo e o Nome (*Sint. I, 25*). Já na primeira e na segunda pessoa é *dêitico*, i.e., aponta o referente (*Sint. I, 40-45*). Os casos oblíquos do pronome representam, nessa tradição, um problema extra: a acentuação, que os faria funcionar como uma sílaba de outra palavra (*Sint. I, 54-102*).

A **preposição** antepõe-se ao nome e, completariam os modistas séculos mais tarde, já na Idade Média, “relaciona a palavra flexionada em caso, a que sintaticamente se liga, ao verbo ou particípio” (Robins, 1967: 67); o **advérbio** relaciona-se ao verbo que está antes ou depois dele, e é indeclinável. Por fim, a **conjunção** liga elementos, embora não quaisquer elementos. Assim, não se pode unir elementos díspares como um nome e um verbo (como em ‘*Trífon e ler*’), mas elementos de mesma classe (‘*Trífon e Téio*’) ou semelhantes, como nome e pronome.

As classes estabelecidas no estudo do grego e do latim foram estendidas para o estudo de outras línguas e ainda hoje nos são familiares desde os primeiros anos de colégio, embora com modificações e refinamentos. Afinal, a gramática do latim não é idêntica às das outras línguas do mundo, e detalhes de classificação foram discutidos e rediscutidos ao longo de séculos.

A ausência, nos vernáculos, dos traços formais que entravam na caracterização das partes do discurso nas línguas clássicas levaria as definições a mais e mais se apoiarem nas noções expressas por elas. E este caminho levaria ao questionamento das definições e das próprias classes, embora, por vezes, levasse à postulação de elementos abstratos.

¹³ Se dizemos *o rapaz*, em princípio espera-se que tenha havido menção anterior a esse rapaz específico. Autores como Apolônio Díscolo reconheceram outras propriedades do artigo, como a expressão de pluralidade, de importância em relação a outros seres da mesma categoria, ou ainda de quantificação única, se junto a um possessivo (para uma revisão, *vide Matthews, 1994: 81*).

¹⁴ Por *anafórico* entende-se que não tem referência independente, mas ligada a um termo antecedente.

Os nomes no português ou no espanhol, por exemplo, não têm Caso expresso morfologicamente, como acontecia nas línguas clássicas. Como vimos, este era um traço importante na caracterização das partes do discurso para os autores clássicos. Antônio de Nebrija (1441-1522), autor da primeira gramática castelhana (1492), de modo semelhante a lingüistas na atualidade, veria as marcas morfológicas como uma das possibilidades da expressão do Caso: o latim tinha Caso e declinação; o espanhol tinha Caso, mas este funcionava apenas na sintaxe, uma vez que o espanhol não tem declinação de nomes¹⁵.

De um modo geral, podemos dizer que as classes do esquema tradicional foram mantidas em parte na atualidade: separou-se o adjetivo do nome, manteve-se o verbo (incluído aqui o particípio) e, por vezes, o advérbio. As grandes divergências com relação ao elenco de classes do esquema canônico clássico se dão no nível das chamadas *classes menores*. Deve-se notar, porém, que a classificação das palavras deixou de basear-se em critérios semânticos e passou a ter por fundamentos critérios distribucionais, funcionais e sua categorização. A diferença de foco está, até certo ponto, refletida na nomenclatura: o uso da expressão **classe de palavras**, em lugar de *parte do discurso*, procura assinalar a ruptura com as noções que norteavam os estudos tradicionais. Isto não significa que não se reconheça que a maioria dos nomes de pessoas, coisas e lugares, por exemplo, ocorra na classe dos nomes; o que importa é que deixa de ser problema o fato de considerarmos nome algo que não se encaixe muito bem nessa definição. Deixam-se de lado, por conseguinte, as intermináveis discussões acerca de se devemos ou não considerar nome uma palavra como *honestidade* (é nome de uma ‘coisa’?), ou uma palavra como *azul* (não é nome de uma cor?).

No que se segue, assume-se: (a) que todas as línguas têm classes de palavras; (b) que há palavras que pertencem a conjuntos, em princípio, ilimitados, e palavras que pertencem a conjuntos que são finitos; e (c) que o significado daquelas diz respeito à experiência no mundo, e o destas, na maioria das vezes, é quase nenhum.

7.3. A classificação em partes do discurso

Ao falarmos em *classes menores* e em *classes principais* tomamos como pano de fundo uma distinção que, em última análise, confere primazia às palavras consoante o tipo de significado que têm. Há outras implicações, de que trataremos adiante. Estreitamente ligada à questão do significado está a possibilidade de uma palavra servir de base à formação de novas palavras.

¹⁵ Nebrija (1492: livro 3, cap. 6, fol c3): “Declinació del nōbre no tiene la lēngua castellana salvo del numero de uno al numero de muchos”. E no fóllo seguinte: “Los casos enll castellano sō cico”.

7.3.1. Quanto ao tipo de significado: significado lexical e significado gramatical

Voltemos por um instante aos elementos da proposição simples segundo Aristóteles. Sua classificação tomava por base o fato de um elemento poder ser interpretado semanticamente quando em isolado. Era o ponto de partida: 'aquilo que se fala' sobre 'algo'.

Significado, nesse contexto, deve ser entendido como a referência ao "ambiente bio-social", à "significação externa", para usarmos a expressão de Mattoso Camara Jr. (1968: 342; 296), ou seja, àquilo que denominamos tecnicamente **significado lexical**. Os nomes, os adjetivos, os verbos e os advérbios são palavras que, sozinhas, referem, basicamente, seres, qualidades, estados, ações, ou condições que os afetam, como modo, tempo, lugar.

Por seu turno, os elementos "sem significado" podem ser compreendidos como tendo um tipo diferente de significado. *O, um, de, que, ele, este, quando* são considerados *palavras* porque se reconhece terem alguma autonomia. Dizemos "alguma autonomia" por duas razões bem distintas: ou porque tais elementos não podem constituir-se na única palavra de um sintagma – como acontece com os artigos, por exemplo –, ou porque somente podem ser interpretados quando em relação com outros elementos do enunciado – caso dos relativos, conjunções e reflexivos, por exemplo. Se tomarmos tais palavras em isolado é difícil dizer o que significam. Esses elementos evidenciam relações gramaticais quer dentro da oração, quer entre orações.

Quando dizemos em português algo como *o livro de Tomás*, pensamos numa relação que se estabelece entre dois nomes – de 'posse', se o livro pertence a Tomás, mas algo como 'origem', se o livro foi escrito por Tomás. É a preposição que expressa tal relação. Mas se tomamos a preposição *de* apenas, fora do exemplo, e procuramos descrever seu significado, já não nos parece tão fácil a tarefa. É que seu significado decorre, principalmente, ou exclusivamente, do contexto em que está inserida, como podemos concluir da comparação das ocorrências de *de* nos exemplos a seguir, em (7.4). Os significados indicados entre parênteses para cada ocorrência têm por fonte Cunha (1972: 523) e Bechara (1999: 312-313):

- | | | |
|----------|-------------------------------|---------------------------------|
| (7.4) a. | <i>Ele partiu de Paris</i> | (movimento no espaço) |
| b. | <i>Ele voltou de Paris</i> | (movimento no espaço) |
| c. | <i>Sou do Rio</i> | (origem) |
| d. | <i>Sou da mamãe</i> | (posse) |
| e. | <i>Muro de pedra</i> | (matéria) |
| f. | <i>Regimento de cavalaria</i> | (definição) |
| g. | <i>Vou de carro</i> | (meio) |
| h. | <i>Gosto de pizza</i> | (introduz complemento de verbo) |
| i. | <i>Morreu de parto</i> | (causa) |
| j. | <i>De dia</i> | (tempo) |

É difícil definir o significado de *de* se excluirmos o ambiente em que se insere. Daí dizer-se que tais palavras têm **significado gramatical**. Preposições/posposições, conjunções, artigos, pronomes, verbos auxiliares, cópulas fazem parte deste segundo grupo.

Novamente procedemos a uma simplificação. Nem todas as preposições são semelhantes a *de* no que diz respeito ao significado. Como nota Berg (1998), *ante, após, até, contra, desde, entre, perante, sem, sob* aproximam-se de advérbios. *Contra*, por exemplo, significa 'noção de oposição'; *sem*, 'subtração, ausência'.

Desta distinção entre os tipos de significado que as palavras podem expressar aliada a características sintáticas e morfológicas, decorre uma divisão das palavras em dois grandes grupos: as *palavras lexicais* e as *palavras funcionais*¹⁶.

As palavras que têm significado lexical são rotuladas *palavras lexicais*, ou *palavras de conteúdo*, ou ainda *palavras plenas* ou *contentivos*. As palavras que têm significado gramatical são as *palavras funcionais*, também denominadas *palavras gramaticais*, *palavras estruturais*, *palavras vazias*, *palavras instrumentais* ou *functores*.

Embora cada um desses conjuntos seja formado por termos relativamente sinônimos, parte dos elementos de um grupo costuma formar par com um elemento do outro grupo. Vejamos:

palavra de conteúdo vs. palavra de forma; palavra lexical vs. palavra gramatical; palavra plena vs. palavra vazia; contentivo vs. functor

Para alguns autores, como Camara Jr. por exemplo, *palavra* é termo mais restrito que *vocabulo* e é sinônimo de *vocabulo lexical*. Opõe-se a *vocabulo gramatical*.

A diferença entre os tipos de significado fundamentou a distinção entre *morfema gramaticais* ou *afixos* e *morfemas lexicais* ou *semantemas* ou *raízes*. A significação do vocabulo resulta da soma dos significados desses elementos, pela *composicionalidade*¹⁷. A raiz guarda o significado lexical. As palavras que têm raízes são aquela que, na maioria das vezes, podem servir de base ao vocabulário novo que vai sendo criado numa língua.

Palavras como *de*, no entanto, são desprovidas de raízes; por essa razão são referidas muitas vezes como *morfemas* (e nesse sentido, nos apropriando da nomenclatura)

¹⁶ Preferimos a denominação *palavra funcional* em razão de termos empregado *palavra gramatical* com outra acepção (cf. 5.2.4).

¹⁷ Princípio descritivo segundo o qual o significado de uma expressão, seja uma palavra, um sintagma ou uma frase, resulta dos significados de suas partes formadoras.

latura de Varrão, são *estéreis*). Os afixos flexionais e derivacionais concentram o significado gramatical. São formas que refletem o funcionamento de uma língua particular. Seu significado se estabelece no interior da gramática, e, por essa razão, quando se procura traduzi-lo, temos glosas como 'relação' (*campal, escolar, aromático*) 'posse' (*solarengo*), 'referência' (*dantesco, mourisco*), 'agente' (*jogador, regador*), 'noção coletiva e de quantidade' (*cardume, negrume*) (dados de Cunha, 1972:112-113). Compare essas glosas com as que daríamos a formas como *gato, pão, astrólogo*.

Se o conteúdo lexical costuma estar expresso nas raízes, e o gramatical nos afixos, é bom frisar, no entanto, como fez Sapir, que isso nem sempre acontece, e que as línguas podem tratar um mesmo conceito de modos diferentes. O esquimó, o nutka e o iana, por exemplo, "têm centenas de sufixos, e muitos cuja significação é tão concreta que, na maioria das outras línguas, teria de expressar-se por meio de radicais" (Sapir, 1921: 74-75). Em nutka, qualquer palavra "é absolutamente incapaz de composição, no sentido que damos a este termo. Constrói-se, invariavelmente, de um só radical e maior ou menor número de sufixos, cuja significação pode ser quase tão concreta quanto a do próprio radical" (Sapir, 1921: 73).

Quando saímos do nível da palavra e passamos para o nível do morfema, a distinção entre significado gramatical e significado lexical parece tornar-se mais difusa. Como nota Basílio (1974b: 89 – ênfase no original), "se *pequeno* é considerado como lexical, seria o sufixo *-inho* assim considerado? Se *pequeno* não for considerado como lexical, devemos admitir que não tem raiz ou que nem toda raiz tem significado lexical ou que *-inho* também é raiz".

Além do mais, para alguns elementos, sejam raízes ou afixos, é muito difícil estabelecer qualquer espécie de significado, como vimos anteriormente, na seção 4.2. Raízes como *-duz-* (*induzir, deduzir, reduzir*) têm significado lexical? E elementos como vogais temáticas e vogais de ligação?

As palavras funcionais pertencem a classes fechadas e ocorrem em posição determinada, como os formativos. Assim, uma construção de genitivo, como qualquer daquelas em (7.5), marcada em grego pela desinência casual *-ous* e, no exemplo em inglês, pela configuração (ou por um alomorfe Ø do genitivo 's¹⁸), estaria marcada em português pela palavra funcional *de*:

- (7.5) a. gr. *hē oikía Sōkrátous*
 b. ingl. *Socrates' house*
 c. port. *a casa de Sócrates*

Em razão de seu papel na estrutura de uma língua, as palavras funcionais formam classes com número restrito e fixo de elementos, como veremos adiante.

¹⁸ Quirk *et alii* (1972: 195).

7.3.2. Quanto à possibilidade de gerar vocabulário: classes abertas e classes fechadas

Tente, por exemplo, listar todos os nomes e todos os artigos do português. A primeira lista será imensa, e a todo momento poderemos acrescentar-lhe novos itens; a segunda, ao contrário, será mínima, e as chances de que possamos adicionar um novo artigo ao português é muito remota. Na primeira lista estarão palavras que, para serem usadas, dependem em muito do tema a tratar, do registro ou do dialeto; artigos, preposições, conjunções, por exemplo, são em grande medida independentes do assunto de que se trata, do registro ou do dialeto.

As palavras que apresentam significado lexical formam, em geral, **classes abertas**, classes em que, em princípio, sempre podem ser acrescentadas novas criações; as palavras que apresentam significado gramatical, por seu turno, formam **classes fechadas**. Vamos em seguida proceder a uma visão rápida dessas classes. Cabe ressaltar novamente que os inventários de classes não são os mesmos para todas as línguas (*vide* seção 7.1).

7.4. As classes abertas

São quatro os tipos de palavras que, em geral, formam classes abertas: *nome, verbo, adjetivo, advérbio*. Vamos focalizar brevemente cada uma no tocante: (a) à noção expressa; (b) às funções que exerce. Trataremos em separado, no capítulo seguinte, de sua categorização.

7.4.1. O nome (N)

É neste grupo que ocorre a maior parte dos nomes de pessoas, coisas, lugares, isto é, o nome para "os seres em geral" (Lima, 1957: 66). Sua função mais comum é a de funcionar como argumento (7.6a) ou como núcleo de argumentos (7.6b), embora também seja possível sua ocorrência como predicado, com ou sem cópula, como, respectivamente, em português e em russo (7.6 c-d):

- (7.6) a. *João* dorme.
 b. Os *meninos* comeram todas as *frutas*.
 c. Eles são *professores*.
 d. Oni u *čitelja* (Schachter 1985: 7)
 eles professores
 'eles são professores'

☞ O uso dos termos *argumento* e *predicador*, no lugar da denominação mais tradicional *sujeito*, *objeto*, *predicado*, tem sido adotada em lingüística para evitar problemas quando se focalizam línguas em que o sujeito não é necessariamente identificado com o agente, ou o objeto com o paciente. Assim, uma frase como *O menino quebrou a janela* teria dois argumentos:

<i>O menino</i>	<i>quebrou</i>	<i>a janela</i>
argumento externo	predicador	argumento interno

7.4.2. O verbo (V)

Nesta classe ocorre o maior número de palavras que expressam ações e processos, “isto é, um acontecimento representado no tempo” (Cunha, 1972: 367). Sua função típica é a de predicado, embora haja línguas em que o verbo possa funcionar como argumento (Schachter, 1985: 9).

Uma vez que nomes podem funcionar como predicados e verbos podem servir de argumento, a distinção entre nome e verbo pode tornar-se sutil. Tão sutil a ponto de ser negada. Vamos àquela que é talvez a língua mais citada como evidência de que a distinção nome-verbo não é universal: o nutka, língua wakashan do NO do Canadá. Em Schachter (1985, 11ss) e em Anderson (1985b:154ss) apresentam-se reanálises em que a distinção nome-verbo é mantida, ambas remetendo ao trabalho de William H. Jacobsen Jr. (1976)¹⁹.

A proposta de que a essa língua faltava tal distinção partiu de exemplos como aqueles em (7.7), retirados de Schachter (1985:11):

- (7.7) a. Mamuk -ma qu'as-'i
trabalhando-PRES(IND) homem-DEF
'O homem está trabalhando'
- b. Qu'as-ma mamuk-'i
homem-PRES(IND) trabalhando-DEF
'Aquele trabalhando é um homem'

Os exemplos mostram que tanto *qu'as* como *mamuk* podem funcionar como sujeito (e parecem, pois, com um nome) ou como predicado (e assemelham-se a um

¹⁹ A referência do texto, a que não tivemos acesso, é a que se segue: Jacobsen Jr., William H., 1976. Noun and verb in Nootkan. In: Efrat, Barbara S., ed. 1979. *The Victoria Conference on Northwestern Languages*. Victoria: British Columbia Provincial Museum. p. 83-155. (British Columbia Provincial Museum, Heritage Record, nº 4).

verbo), e podem ser categorizados para Tempo ou Definitude, marcas típicas de verbos e de nomes, respectivamente. Em lugar de nome-verbo, a língua apresentaria raízes flexionadas ou raízes não flexionadas (Hockett, 1958: 224-225).

As revisões nessa análise mostraram: (a) que as partículas indicadoras de Tempo não eram desinências verbais, mas clínicos de segunda posição e que, por conseguinte apoiavam-se na primeira palavra da frase, fosse ela qual fosse; e (b) que as raízes nominais, como *qu'as*, podiam funcionar como argumentos com ou sem o afixo -' mas raízes verbais, como *mamuk*, somente podiam ser argumentos se sufixadas.

A mesma argumentação parece poder ser aplicável à análise de Kinkade (1983) sobre três línguas salish quase extintas, o alto chehalis, o columbiano e o cowlitz²⁰. Kinkade argumenta que nessas línguas há somente 'predicados' e 'partículas', e que aqueles “podem ser traduzidos para o inglês quer como um nome simples, quer com uma sentença equativa com um 'it' vazio (dummy) como sujeito, com o todo indicar do um estado em vez de uma entidade” (1983: 28): uma palavra como *sq'á' xn* pode ser traduzida como 'sapato', mas também como 'é um sapato'. O próprio autor nota, porém, que a dificuldade em aceitar o banimento da distinção entre nome e verbo nessas línguas é, novamente, a presença de partículas determinantes (ou melhor, 'elementos dêiticos') que se restringem a palavras que não são predicados, elas próprias podendo funcionar como predicativos (1983: 34).

Diferença sutil essa apontada entre ambas as classes? Bastante, se as compararmos com os nomes e verbos do português: as semelhanças são “quase impossíveis para usarmos a qualificação de Sapir. Nomes e verbos de algumas línguas parecerem portanto, mais nomes e verbos que os de outras.

7.4.3. O adjetivo (A)

É neste grupo que ocorre a maior parte das palavras que indicam atributos e qualidades. Nas línguas que apresentam o **adjetivo** como uma das *classes maiores* esse conteúdo semântico é constante (Dixon, 1977: 20). Os adjetivos funcionam com modificadores do nome (7.8a) ou como predicados (7.8b):

- (7.8) a. O cavalo branco
b. O cavalo é branco

Segundo Dixon (1977: 20-21), a classe dos adjetivos pode não existir numa língua – diferentemente, portanto, do português e das demais línguas românicas –, ou existir como uma classe fechada, composta por um conjunto que varia de menos de dez, como em igbo, a cerca de cinquenta e poucos adjetivos, como nas línguas bantus. Nos casos em que a língua apresenta uma classe fechada de adjetivos, estes dividem-se preferencialmente por quatro tipos semânticos que indicam *dimensão* (como 'gra

²⁰ O alto chehalis e o cowlitz tinham dois falantes em 1990, e o columbiano, menos de 75 (Grimes, 1996: 136-137).

de', 'pequeno'), *cor* (como 'preto', 'branco'), *idade* (como 'novo', 'velho'), *avaliação* (como 'bom', 'mau'). São menos prováveis, nesse caso, adjetivos que indiquem *posição* (como 'alto', 'baixo'), *propriedades físicas* ('duro', 'macio') ou *propensões humanas* ('gentil', 'cruel'), ou ainda *velocidade* ('lento', 'rápido'). Apresenta-se em (7.9) a seguir a lista completa dos adjetivos do igbo, língua cuá falada no SE da Nigéria:

(7.9) <i>ukwu</i>	'grande'	→ dimensão	<i>ojii</i>	'preto, escuro'	→ cor
<i>nta</i>	'pequeno'		<i>oca</i>	'branco, luminoso'	
<i>ohuru</i>	'novo'	→ idade	<i>oma</i>	'bom'	→ avaliação
<i>ocye</i>	'velho'		<i>ojo?</i>	'mau'	

Em razão de casos como esse, dizer-se que palavras lexicais formam sempre classes abertas é fazer uma afirmação simplificadora.

7.4.4. O advérbio (Adv)

Pelo rótulo **advérbio** respondem palavras que indicam direção/local, tempo, modo, intensidade. Não há aqui a mesma homogeneidade semântica que vimos nas outras três classes. Aliás, a tradição incluiu entre os advérbios vários tipos de elementos que podem ser vistos como constituindo diversas 'classes menores'. (Para uma revisão da literatura sobre o advérbio em português, *vide* Reis, 1997).

Funcionalmente, os advérbios são modificadores por excelência, mas não do nome. No português, modificam além do verbo ou do SN, o adjetivo, outro advérbio, além da própria sentença. Ilari *et alii* (1991: 85-87) expandem o conceito de advérbio para abranger elementos "com funções próprias na organização discursiva", como *agora, então, aí, inclusive*:

- (7.10) a. *Agora*, eu não gostei nada de ouvir isso.
b. *Inclusive* ele desmentiu.

Em geral, os advérbios modificadores da sentença expressam a atitude do falante em relação àquilo de que fala (7.11a); os que modificam o verbo ou o SN expressam tipicamente tempo, lugar, direção, modo (7.11b); os que modificam o adjetivo ou outro advérbio (7.11c) costumam expressar grau (Schachter, 1985: 20):

- (7.11) a. *Felizmente* ele não estava mais aqui.
b. Falava *lentamente*.
c. É *extremamente* rico.

Ao contrário do nome, do verbo e do adjetivo, o *status* do advérbio como classe independente dos adjetivos é freqüentemente questionado. Para alguns autores, como

Emonds (1976)²¹, Reis (1997), exemplos como *a cerveja que desce redondo/ redondamente/ redondissimamente* ou *bola redonda/redondíssima/ *redondamente*, a classe de *redondo* seria a mesma, adjetivo, e se adverbilizaria ou não na sintaxe.

Nem todos os subconjuntos de advérbios formam classes abertas. Em português, por exemplo, a formação de novos advérbios, especialmente de modo, se faz com o sufixo *-mente*, a partir de adjetivos. Para as noções de tempo e espaço a produtividade é quase inexistente²².

7.4.5. As categorias lexicais de Chomsky (1981): N, V, A

Em *Lectures on government and Binding*, Noam Chomsky (1981: 48) parte da tradição gramatical e assume a divisão entre *substantivos*, aí incluídos nomes e adjetivos, a que atribui como característica o fato de terem o traço [+N], e *predicados*, caracterizados pelo traço [+V], para propor um sistema de *categorias lexicais* – N, V e A. O que caracteriza [+N] é ter caso e papel temático, ao passo que [+V] é caracterizado por atribuir caso e papel temático. O resultado das combinações desses traços lembra o sistema proposto por Varrão, que vimos anteriormente (embora, obviamente, num quadro de pesquisas bem diverso):

N: [+N, -V]	V: [-N, +V]	A: [+N, +V]
-------------	-------------	-------------

A quarta possibilidade de combinação de traços nos dá a preposição, que Chomsky não considerou, em princípio, uma categoria lexical²³.

P: [-N, -V]

Uma das implicações desse conjunto de traços é que com eles podemos prever as **classes naturais**, isto é, que categorias têm mais probabilidade de funcionar de modo semelhante. Esperamos que N e A possam participar de algum tipo de generalização, uma vez que ambos são 'nominais'. Nos exemplos apresentados em (7.2), a distinção entre N e A 'neutraliza-se' em favor do N. Do mesmo modo, A e V têm em comum o fato de poderem ser predicados; também freqüentemente participípios podem

²¹ Emonds, R. J., 1970. *Root and structure-preserving transformations*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, *apud* Jackendoff, 1977.

²² Os advérbios novos que Sandmann (1989: 76ss) apresenta são advérbio de modo.

²³ Chomsky (1981: 48): "Assim, temos um sistema baseado nos traços [±N], [±V], em que [+N, -V] é nome, [-N, +V] é verbo, [+N, +V] é adjetivo, e [-N, -V] é preposição, os três primeiros sendo categorias lexicais.

tornar-se adjetivos. Em chinês, por exemplo, a distinção V-A não é nítida. Um 'adjetivo', ou melhor, um 'verbo adjetival', ocorre com a mesma partícula *de* que acompanha o N:

(7.12) a. *kāixīn* -*de* rén (Li & Thompson, 1990: 827)
feliz NOMINALIZAÇÃO pessoa
'pessoas que são felizes'

b. *chi* *ròu* *de* rén
comer carne NOMINALIZAÇÃO pessoa
'pessoas que comem carne'

Por seu turno, V e P podem atribuir caso. Também em algumas línguas, por exemplo, o V assume papéis que, em português, seriam da P, como bem demonstra Sapir (1921: 121).

Quaisquer categorias que compartilhem um mesmo traço formam uma *classe natural*. Esses traços são, por definição da teoria, universais.

Voltando à questão da diferença entre V e N que vimos atrás, a partir da proposta de Chomsky esperamos que N e V sejam duas categorias distintas, uma vez que não compartilham traços.

7.5. As classes fechadas

Os estudos tradicionais dedicaram muita atenção às palavras lexicais. Elas são em maior número nas línguas, carregam significado, geram vocabulário novo. Seus *acidentes* nos dão as tábuas de conjugação e de declinação, que ocupam boa parte das gramáticas. Os estudos de sintaxe têm, no entanto, demonstrado a importância das palavras funcionais: elas são índices de propriedades gramaticais que fazem a diferença entre as línguas. Mesmo se pareçam não ter grande papel: caso das chamadas *línguas isolantes*, como o chinês (7.13), nas quais as relações se estabelecem basicamente pela ordem das palavras no enunciado, e das *polissintéticas*, como o tiwi (7.14), língua australiana, em que a incorporação forma as extensas palavras que caracterizam tais línguas:

(7.13) *tā* *qù* *zhōngguó xué* *zhōngguó huà* (Li & Thompson, 1990: 825)
ele/a ir China aprender China pintura
'Ele/a foi para a China para aprender pintura chinesa'

(7.14) *ngirruunthingapukani* (Crystal, 1987: 293)
ngi - *rru* - *unthing* - *apu* - *kani*
1SG PAS por algum tempo comer repetidamente
'continuei comendo'

A importância que as palavras funcionais vêm assumindo em virtude dos estudos de sintaxe e o maior conhecimento acerca das línguas do mundo têm levado a um redimensionamento nas classes propostas. Daí o surgimento de nomenclatura variada, que pode ser um obstáculo para aqueles que estudaram línguas sempre pelas descrições tradicionais. Por vezes os elementos que pertenciam a uma única classe na descrição tradicional passam a ser distribuídos por classes distintas.

Passamos, em seguida, a apresentar sucintamente 16 classes fechadas. Na sua maioria não fazem parte do elenco tradicional, embora sejam comuns nos trabalhos atuais de lingüística: *proformas* (*pronome*, *pro-adjetivo*, *pro-advérbio*, *proverbo*, *pro-oração* e *pro-sentença*), *elementos qu-*, *clíticos*, *marcadores*, *determinantes*, *classificadores*, *auxiliares*, *cópulas* e *predicadores*, *conjunções*, *complementizadores*, *relativizadores* e *adverbializadores*, *preposições/posposições*, *ideofones*, *interjeições*.

7.5.1. As proformas

Proforma é a denominação que engloba as palavras que substituem ou uma palavra lexical, ou um sintagma, ou mesmo uma oração ou sentença.

Os **pronomes** substituem nomes ou sintagmas nominais. Vários tipos de pronomes são reconhecidos de há muito: *personais*, *reflexivos*, *recíprocos*, *demonstrativos relativos*. Não nos deteremos aqui nessas subclasses.

Pro-adjetivos, **pro-advérbios** e **proverbos** podem substituir, respectivamente tanto um A, um Adv ou um V, como um SA, um SAdv ou um SV. Um exemplo de *proverbo* em português (ou *verbo vicário*, na nomenclatura tradicional) são certo usos de *fazer* em frases do tipo *Ainda não comprei o vestido, mas faço isso hoje*.

A **pro-oração** substitui uma oração. Vejamos alguns exemplos:

(7.15) a. **ptg.** Ele vem, *né?*
fr. Il vient, *n'est-ce pas?*

b. **tagalo** Ana ruwa, *ko?*
um é chover ou
'Está chovendo ou não?'

c. **ptg.** Eu acho que *sim*.
ingl. I believe *so*.

Entende-se por **pro-sentença** a palavra que pode, em isolado, servir de resposta a uma pergunta polar²⁴, como nos exemplos do português e do francês (7.16a-b), ou a perguntas existenciais que equivalem ou a uma sentença afirmativa ou a uma sentença negativa:

7.16 a. Você vai à festa? *Não*.
Você gosta de bolo? *Sim*.

b. Il vient? *Oui*. (Schachter, 1985: 32)
Il ne vient pas? *Si*.

7.5.2. Os elementos qu-

Orações interrogativas diretas ou indiretas, como (7.17a-b) são introduzidas pelos chamados **elementos qu-**, assim denominados em razão de quase todos começarem por esse dígrafo. A denominação é uma tradução do inglês *wh-* (*who*, *what*, *where*, *when*...).

(7.17) a. *Quem saiu?*
b. *Não posso imaginar com quem ela saiu.*

São também denominadas **pro-formas interrogativas**.

7.5.3. Os clíticos

No estudo das línguas românicas, o termo **clítico** praticamente tornou-se sinônimo de pronome pessoal átono; no entanto, a denominação é mais geral que isso. As dez proclíticas do grego (Freire, 1997: 153) servem para exemplificar o quanto pode parecer heterogêneo esse grupo, que, ao contrário dos demais, não é definido funcionalmente:

(7.18) a. quatro formas do artigo: $\acute{\omicron}$, $\acute{\eta}$, $\acute{\omicron}\acute{\iota}$, $\acute{\alpha}\acute{\iota}$;
b. três preposições: $\acute{\epsilon}\kappa$ ($\acute{\epsilon}\xi$), $\acute{\epsilon}\acute{\iota}\varsigma$ ($\acute{\epsilon}\xi$), $\acute{\epsilon}\nu$;
c. duas conjunções: $\acute{\omega}\varsigma$, $\acute{\epsilon}\acute{\iota}$;
d. a negação $\acute{\omicron}\acute{\upsilon}$ ($\acute{\omicron}\acute{\upsilon}\kappa$, $\acute{\omicron}\acute{\upsilon}\chi$).

Ao contrário dos demais tipos de palavras, o clítico: (a) tem uma posição fixa em relação a um outro elemento da oração (que nos dá as *proclíticas* e as *enclíticas*); (b) tem posição relativamente fixa em relação a outros clíticos – em português de Portu-

²⁴ Por **polaridade** se entende o contraste afirmativo/negativo. Uma pergunta polar terá como possibilidades de respostas *sim* e *não*.

gal (uma vez que no Brasil é construção em desuso), por exemplo, o clítico de dativo antecede o de acusativo: *lha, mo, ta, to* (mas não **alhe, *ome*...); (c) em geral se apresenta sem acento, embora em determinadas condições possa receber acento: as proclíticas gregas são acentuadas se antes de uma enclítica, como em (7.19):

(7.19) a. $\acute{\epsilon}\acute{\iota}$ $\tau\acute{\iota}\varsigma$ ‘se alguém’ (Freire, 1997: 153)
b. $\acute{\omicron}\acute{\upsilon}$ $\mu\omicron\iota$ ‘não a mim’

7.5.4. Os marcadores

Os **marcadores** são elementos que sinalizam uma relação gramatical. Assim, em virtude do paralelo que se faz entre os morfemas de Caso, como, por exemplo, o grego *-ous*, desinência de Genitivo Singular, como em *hē oikía Sōkrátous*, e uma preposição como *de* em *a casa de Sócrates*, que, neste caso, assinala o mesmo tipo de relação, esse tipo de palavra funcional é um marcador, aqui, especificamente, um **marcador de caso**. Reconhece-se, desse modo, que, em línguas como o português, por exemplo, algumas palavras funcionais permitem identificar construções que são expressas flexionalmente em algumas línguas.

O termo *marcador* pode aplicar-se ainda a outros tipos de palavras. Um deles é o **marcador de modo**, palavra que indica a atitude do falante com relação ao que é expresso na frase (como desejo, dúvida – vide n. 2 deste capítulo) ou que solicita algo do ouvinte, como *por favor*, *por gentileza*.

Os **marcadores de polidez** sublinham a atitude do falante em relação ao ouvinte. Em tagalo (Schachter, 1985: 60), *po* e *ho* podem ser empregados em qualquer sentença para torná-la mais polida. Em português, por exemplo, temos não marcadores de polidez, mas um tipo especial de vocabulário para nos dirigirmos a outrem. Assim, de acordo com Cintra (1967: 14-15), o português de Portugal, diferentemente do português do Brasil, distingue: (a) tu; (b) você; e (c) V. Ex^a, o senhor, o senhor Dr., o Antônio, a Maria, o Sr. Antônio, a Sr^a Maria, a D. Maria, etc., que são, respectivamente:

a) Formas próprias da intimidade, b) Formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade, c) Formas chamadas ‘de reverência’ – ‘de cortesia’ –, por sua vez repartidas por uma série muito variada de níveis, correspondentes a distâncias diversas entre os interlocutores.

Em japonês, a escala de polidez envolve até mesmo diferentes termos para ‘sim’ (Schachter, 1985: 60): *un* (informal), *ee* (polido), *hai* (superpolido).

7.5.5. Os determinantes

Voltando ao exemplo *a casa de Sócrates*, vemos que o artigo definido *a* modifica o nome que o acompanha, uma vez que se pressupõe que o ser nomeado (*casa*) é conhecido do ouvinte. Além disso, sinaliza a fronteira de um sintagma nominal: ou

ocorre na posição inicial do sintagma, como em português, ou se posiciona no final do constituinte, como em iorubá, língua cuá do SE da Nigéria, em que a posição inicial do sintagma é reservada para seu núcleo (Pulleyblank, 1990: 984):

- (7.20) a. a criança
 b. ɔmɔ nàà
 criança a

Artigos, como *o, um, e demonstrativos, como este, esse, aquele*, são **determinantes**. Para alguns autores, este rótulo está restrito apenas a artigos e demonstrativos. Num uso mais amplo, artigos e demonstrativos são **determinantes referenciais** e destacam-se de dois outros tipos de determinantes: os **quantificadores**, palavras que denotam quantidade, como *todos, ambos, cada, algum* e numerais cardinais; e os **possessivos**, como *seu, meu*, por exemplo.

7.5.6. Os classificadores

Algumas línguas exigem que nomes modificados por numerais sejam acompanhados por partículas selecionadas pelo nome, na medida em que o nome refira um ser humano, um animal etc. É o caso do tailandês (exemplos em Schachter, 1985: 39):

- (7.21) deg ɔɔɔŋ khon
 menino dois CLASS.
- maa saam tua
 cão três CLASS.

7.5.7. Os auxiliares

Os **auxiliares** são verbos que expressam, basicamente, o Tempo, Modo, Aspecto, Voz dos *verbos lexicais* que acompanham.

- (7.22) a. *vou* cantar
 b. *tinha* comprado

7.5.8. Cópulas e predicadores

Cópulas são palavras que expressam a relação existente entre um sujeito e um predicado nominal. Em português, um pequeno conjunto de verbos exerce essa função: *ser, estar, andar, parecer, continuar...* Em algumas línguas distingue-se a cópula dos **predicadores** porque estes são empregados quando não há sujeito claramente exposto, como em bembara (Schachter, 1985: 55):

- (7.23) Alamisadon *don*
 quinta-feira PREDICADOR
 'É quinta-feira'

7.5.9. As conjunções

As **conjunções** são palavras que unem elementos "que valem por si só e a sua soma dá a significação global em que as significações dos termos constituintes entram ordenadamente lado a lado" (Camara Jr., 1968), caso das **conjunções coordenativas**; ou que unem elementos em que um se subordina ao outro, caso das **conjunções subordinativas**.

Segundo Camara Jr. (1968: 119), alguns autores reservam a denominação *conjunções* apenas para as coordenativas, considerando as subordinativas e as preposições como **conectivos subordinativos**.

7.5.10. Completizadores, relativizadores e adverbializadores

Dentre o conjunto das conjunções subordinativas, costumam-se destacar três tipos.

Completizadores ou **complementadores** indicam que a oração que delimitam é complemento de um verbo, de um nome ou de um adjetivo. São exemplos no português as conjunções subordinativas *que, se*, que introduzem orações subordinada declarativas finitas.

Relativizadores marcam uma oração como relativa, sem, no entanto, exercer qualquer função – e nisso se distinguem dos pronomes relativos.

Adverbializadores, por seu turno, são indicadores de que a oração apresenta função adverbial, como tempo, propósito, resultado (Schachter, 1985: 51).

7.5.11. Preposições e posposições

Preposições e **posposições** são elementos que ocorrem, respectivamente, antes ou depois de um complemento que inclui um nome, pronome, SN ou oração que funciona como um SN e, em conjunto com o complemento, expressam sua relação com outra unidade na oração (SIL- *Linguistic Glossary*).

7.5.12. Os ideofones

Neste grupo estão palavras onomatopáicas que, em diferentes línguas, funcionam como nome, verbo, adjetivo ou advérbio, mas que formam classes fechadas. Exauri, por exemplo, os **ideofones** são numerosos e funcionam como verbos e nome

No caso dos verbos, a cadeia sonora reproduz o ruído produzido pela ação; no caso dos nomes, imita vozes de animais, ou ruídos provocado por objetos:

7.24) **ideofones verbais** (Everett & Kern, 1997: 427-431):

axem 'espirrar'
pa'/parapa 'matar'
we 'vomitar'

ideofones nominais:

ahoo'ahoo 'jaguar'
too 'objeto de metal'

Essas formas podem receber flexões como quaisquer outros verbos ou nomes (Everett, 1998: 702).

7.5.13. As interjeições

Em geral, as **interjeições** são a expressão de emoções e não têm relação sintática com o restante da frase. Podem também apresentar características fonológicas que não estão presentes nas outras palavras da língua: podemos ter cliques na indicação da desaprovação em português, ou uma consoante sem vogal (representável na escrita como *shh*) por exemplo.

É importante notar que, independentemente do número de classes, todas as propostas que foram aqui sumariadas decorrem de um pressuposto fundamental: o de que as línguas têm uma estrutura. Os fenômenos não se aplicam a esta ou àquela palavra, mas a classes.

Podemos perguntar: não estamos trabalhando com morfologia? Que temos a ver com elementos que, em última análise, são constitutivos da *oração* e que deveriam, pois, estar no campo da sintaxe? A resposta é que o reconhecimento das *partes do discurso* decorre não somente de sua distribuição, das funções que podem exercer, ou dos significados que expressam. Depende também de sua **categorização**, isto é, da associação de determinadas propriedades às palavras, tais como Tempo, Caso, Gênero – os fenômenos flexionais.

8

Categorias e flexão

8.1. Introdução

No capítulo anterior vimos que as *partes do discurso* tiveram como um de seus fundamentos a classificação em acordo com o tipo de significado das palavras. Referíamos-nos, então, ao significado que, nos dizeres de Camara Jr. (1973: 113), faz “referência permanente [...] às coisas e fenômenos do mundo exterior e às sensações, volições e idéias do nosso mundo interior”. É essa “referência permanente”, expressa pelo *significado lexical* (v. seção 7.3.1.), que nos permite, por exemplo, procurar palavras no dicionário, abstraindo a forma específica sob a qual se apresentam. Qualquer semelhança com as *categorias de substância* aristotélicas não é, aqui, mera coincidência.

Há, no entanto, um outro tipo de significado, que se junta à referência ao “mundo dos objetos” (Camara Jr., 1973: 113, citando Ernst Cassirer) e que se apresenta em conjuntos de elementos semânticos expressos morfologicamente; no âmbito de cada conjunto os elementos semânticos são mutuamente contrastantes (Cairstair-McCarthy, 1992: 174). Estes elementos emprestam *propriedades* “acidentais” à “substância”. São as *categorias gramaticais*.

Focalizaremos neste capítulo as categorias, parte do estudo da flexão ou, na terminologia mais antiga, da *acidência* das palavras.

① Tradução do grego *symbainei*, tomado de Aristóteles pelos Estóicos, o termo latino *accidens* tem origem na pergunta *Quot accidunt?* (algo como ‘Que mudanças na forma sofre essa parte do discurso?’) que se seguia à definição de cada parte do discurso. Como nota Bland (1991: 26), referindo L. G. Kelly, “O termo filosófico *acidente* parece apropriado para as flexões das partes do discurso porque os acidentes não afetam a essência das coisas a que aderem; são derivados de sua essência e são [...] sua expressão no mundo real”.

O estudo das categorias gramaticais foi tradicionalmente desenvolvido em conjunto com o das partes do discurso, no estabelecimento das dimensões em que dada classe de palavras podia variar: sem noções como Tempo, Gênero, Número, por exemplo, as palavras ditas variáveis ficariam incompletas.

cimo da sibilante posvocálica /S/. A alternância dos dois timbres da vogal tônica apenas reforça a oposição que a ausência de /S/ (morfema \emptyset) e a sua presença criam entre singular e plural.

Não é, porém, uma alternância a ser desprezada na descrição gramatical. Ela auxilia a distinção entre singular e plural e torna a oposição *formoso*: *formosos* mais nítida do que entre *bolso*: *bolsos*, por exemplo, em que ela não existe.

Diacronicamente, ela explica a eliminação do morfema propriamente dito, porque o falante confia nela para a clareza da sua comunicação. Antes do português atual com *fiz*, houve uma forma + *fizi*, em que a vogal átona final se esvaiu, porque a alternância *faz*+*er*: *fiz(i)* já era bastante nítida para caracterizar a segunda forma.⁴

4. O fenômeno do submorfema é um caso particular de um fenômeno geral na linguagem: a redundância. A língua, como meio de comunicação, não se satisfaz com uma oposição una e simples. Acrescenta outros processos opositivos "redundantes", que reforçam a primeira oposição. É a redundância, que, no plano lexical, explica o pleonasma. As nossas gramáticas normativas o consideram um "vício de linguagem". Mas ele muitas vezes não merece esse "xingamento". É um reforço para maior rendimento da comunicação. Ou, ainda, como o encaram os gregos e latinos na antiga disciplina da retórica, um meio estilístico para dar mais ênfase à enunciação.

IX

A CLASSIFICAÇÃO DOS VOCÁBULOS FORMAIS

35. Uma vez explicado o que se entende por vocábulos formais (formas livres ou formas dependentes), temos na gramática descritiva portuguesa a tarefa de os distribuir em classes fundamentais.

Isto foi feito para o grego antigo pelo gramático alexandrino Dionísio da Trácia. A sua classificação foi adotada com pequenas modificações em latim e afinal passou para as línguas européias modernas. É a chamada teoria das «partes do discurso», que, como observou recentemente John Lyons, «merece ser considerada com mais simpatia do que a que tem recebido da maioria dos lingüistas nestes últimos anos» (Lyons 1966, 209). A crítica séria, que se lhe pode fazer, é ser heterogênea em seus critérios e alinhar num quadro único o que na realidade corresponde a uma divisão de hierarquias e sub-hierarquias.

Há, em princípio, três critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua. Um é o de que eles de maneira geral significam do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; é o critério semântico. Outro, de natureza formal ou mórfica, se baseia em propriedades de forma gramatical que podem apresentar. Um terceiro critério, que teve muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada pela lingüística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença.

O critério semântico e o mórfico estão intimamente associados. «Um signo lingüístico, e conseqüentemente também a palavra» (ou, em outros termos, o vocábulo formal) «é, em virtude de sua essência e definição, uma unidade de forma e sentido. O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo *sentido* só pode ser definido com o auxílio do conceito *forma*» (Groot 1948, 439).

Em referência ao português, esse critério compósito, que podemos chamar morfo-semântico, parece dever ser o fundamento primário da classificação.

Por meio dele temos uma divisão dos vocábulos formais em nomes, verbos e pronomes. Semanticamente, os nomes representam «coisas», ou seres, e os verbos «processos», segundo a fórmula de Meillet (Meillet 1921, 175). A definição tem sido rejeitada pelo argumento filosófico (não um argumento lingüístico) de que não é possível separar no universo biossocial os seres e os processos. Alegou-se até que nomes, como em português, *viagem*, *juízo* ou *consolação*, são processos ou até, mais estritamente, atividades. A resposta é que esses vocábulos são tratados na língua como nomes e associados a coisas. A interpretação filosófica profunda não vem ao caso. Trata-se, como se assimilou logo de início neste livro, daquela lógica, ou compreensão, intuitiva que permeia toda a vivência humana e se reflete nas línguas. Deste ponto de vista, podemos dizer, com Herculano de Carvalho, que no nome «a realidade em si... pode ser ou não constituída por um objeto físico: será objeto físico, quando o significante for, por exemplo, a palavra *cadeira*, ou *flor* ou *homem*; mas já assim não sucede quando ele é, suponhamos, *humanidade* ou *beleza*» (Carvalho 1967, 162).

Por outro lado, a oposição de forma separa nitidamente, em português (como já sucedia em latim), o nome e o verbo. Aquele se pode objetivar por meio da partícula, ou forma dependente, que é o «artigo», e é passível de um plural em /S/ (além da distinção de gênero). Este apresenta as noções gramaticais, e morfemas gramaticais correspondentes, de tempo e modo, referentes a si mesmos, e de pessoa referente ao seu sujeito, ou ser a que ele é associado como ponto de partida do processo que designa. Enquanto /S/ no nome *cantos* significa plural, o morfema homônimo /S/ em *cantas* indica 2ª pessoa do singular.

Quanto ao pronome, o que o caracteriza semanticamente é que, ao contrário do nome, ele nada sugere sobre as propriedades por nós sentidas como intrínsecas no ser *cadeira* «um tipo especial de móvel para a gente se sentar», ou *flor* «um determinado produto das plantas», ou *homem* «um animal racional possuidor de uma «cultura» por ele produzida (em vez de ser uma mera manifestação da natureza com propriedade de locomoção etc.)». O pronome limita-se a mostrar o ser no espaço, visto esse espaço em português em função do falante: *eu*, *mim*, *me* «o falante qualquer que ele seja», *este*, *isto* «o que está perto do falante», e assim por diante. Também, morficamente, inconfundivelmente se distingue do nome, como apreciaremos mais de perto no capítulo referente a ele.

Em face dessa divisão morfo-semântica, a classificação funcional subdivide nomes e pronomes pela sua função na comunicação lingüística. Há a função de substantivo, que é a do nome ou pronome tratado como centro de uma expressão, ou «termo determinado», na terminologia de Bally (Bally 1950, 102). E há a função de adjetivo, em que o nome ou pronome é o «termo determinante» (sempre na terminologia de Bally) e modifica um nome substantivo ou tratado como determinado. Em português, o adjetivo se caracteriza por uma concordância em gênero e número com o seu determinado: *flor branca*, *homem bondoso*, *cadeiras pretas*. Um terceiro conceito tradicional, de natureza funcional também, é o advérbio. Trata-se de um nome, ou pronome, que serve de determinante a um verbo: *fala eloquentemente*, *fala aqui*.¹

Chegamos assim ao seguinte quadro, jogando com os critérios morfo-semântico e funcional:

Nome — Substantivo (termo determinado).
Adjetivo (termo determinante de outro nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

Verbo

Pronome — Substantivo (termo determinado)
Adjetivo (termo determinante de um nome)
Advérbio (termo determinante de um verbo)

36. Restam certos vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes. Estabelecem entre dois ou mais termos uma conexão e podem-se chamar, portanto, os vocábulos conectivos.

A conexão pode fazer de um termo o determinante do outro, à maneira de um adjetivo, quando entre dois substantivos, mas sem o fenômeno da concordância: *flor do campo*, *cadeira de espaldar*, *homem de educação*. É o papel dos conectivos subordinativos. Ou pode apenas adicionar um termo a outro no processo da coordenação; são os conectivos coordenativos, o essencial dos quais é a partícula copulativa *e*; ex.: *flores e cadeiras*, *eu e tu*, *falei e expliquei*.

1. Alguns advérbios têm a função complementar, na língua, de acrescentar uma qualificação a mais a um adjetivo: *muito feliz*, *efusivamente feliz*. Mas tal função não é geral a todos e não deve, ao contrário do que fazem as gramáticas escolares nossas, entrar na definição. Esta deve ser tirada da função essencial de advérbio, que é ser determinante de um verbo.

Em português, os conectivos subordinativos se dividem em preposições e conjunções. As preposições subordinam um vocábulo a outro: *flor do campo, falei de flores*. As conjunções subordinam sentenças. Em outros termos: entre duas sentenças «transformam» uma em determinante da outra.

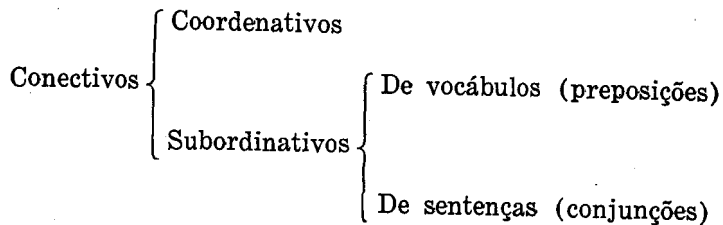
Os vocábulos coordenativos são os mesmos em qualquer dos casos, como vimos acima nos exemplos com a partícula *e*. Outro exemplo: *pobre mas feliz — zangou-se mas não tinha razão*.

Os conectivos são em princípio morfemas gramaticais. Pertencem ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo biossocial.

Entretanto, há conectivos subordinativos oracionais, ou conjunções subordinativas, que se reportam a um nome ou pronome, cujo lugar substituem na enunciação. Como tais, desempenham na oração em que se acham um papel que caberia a um nome ou pronome. A gramática tradicional os denominou «pronomes relativos» («pronome» por causa desse papel que desempenham na oração; «relativo», porque estabelecem uma «relação» entre as duas orações, como conjunção subordinativa); ex.: *aquí está o livro que comprei* (*que = livro* e ao mesmo tempo subordinando a idéia da compra à apresentação do livro no momento).

Naturalmente, esse e outros detalhes serão melhor tratados no capítulo referente à classe dos pronomes.

De qualquer maneira, temos para os conectivos em português o seguinte quadro geral:



X

O MECANISMO DA FLEXÃO PORTUGUESA

37. O termo gramatical «flexão» é a tradução do alemão *Biegung* «flexão, curvatura», introduzido pelo velho filólogo Friedrich Schlegel (1772-1829) no seu livro clássico de 1808, *Sobre a língua e filosofia dos hindus*, para indicar que um dado vocábulo «se dobra» a novos empregos. Apresenta-se em português sob o aspecto de segmentos fônicos pospostos ao radical, ou sufixos. São os sufixos flexionais, ou desinências, que não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos.

Já o gramático latino Varrão (116 aC — 26 aC) distinguia entre o processo de *derivatio voluntaria*, que cria novas palavras, e a *derivatio naturalis*, para indicar modalidades específicas de uma dada palavra.

O primeiro adjetivo destinava-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória para toda uma classe homogênea do léxico. Uma derivação pode aparecer para um dado vocábulo e faltar para um vocábulo congênere. De *cantar*, por exemplo, deriva-se *cantarolar*, mas não há derivações análogas para *falar* e *gritar*, outros dois tipos de atividade da voz humana. Os morfemas gramaticais de derivação não constituem assim um quadro regular, coerente e preciso. Acresce a possibilidade de opção, para usar ou deixar de usar o vocábulo derivado. Foi ela que sugeriu a Varrão o adjetivo *voluntaria*. Nem todos os verbos portugueses apresentam nomes, deles derivados, e para as derivações existentes os processos são desconexos e variados. Por isso, temos *fala*, para *falar*; *consolação*, ao lado de *consolo*, para *consolar*; *juizamento*, para *juizar*, e assim por diante. Nem todos os nomes substantivos portugueses têm um diminutivo correspondente, e os que existem podem ser usados, ou não, numa dada frase, de acordo com a vontade do falante.

Já na flexão há obrigatoriedade e sistematização coerente. Ela é imposta pela própria natureza da frase, e é *naturalis* no

ISBN 85-18-0157-8

Durante a história da gramática, a morfologia gramatical e a análise morfológica lexical são aspectos do estudo sistemático de unidades lexiais. Através de um estudo teórico e prático, o leitor examina este aspecto da morfologia gramatical e sua relação com a análise morfológica lexical. Seres e inversões, a formação de palavras, a percepção, a análise morfológica e a identificação das necessidades da análise morfológica são os aspectos da análise morfológica gramatical.

Este livro apresenta uma visão atualizada e acessível aos professores e estudantes de morfologia lexical e uma análise de fenômenos morfológicos possíveis no texto de português, sobretudo o português brasileiro.

Margarida Basílio é doutora em Letras pela Universidade de Lisboa e professora de morfologia lexical na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica.

Margarida Basílio

P SÉRIE PRINCÍPIOS

Margarida Basílio

TEORIA LEXICAL

Áreas de interesse do volume

- Comunicações • Lingüística

Outras áreas da série

- Administração • Antropologia • Artes
- Ciências • Civilização • Direito • Economia
- Educação • Estética • Filosofia • Geografia
- História • Literatura • Política • Psicologia
- Sociologia

Prof: Lee
Disc: linguística
Data: 20/04/02

MORFOLOGIA



7

Formação de palavras e classes de palavras

Vimos no primeiro capítulo que uma das funções mais comuns que temos para a formação de palavras é a de mudança de classe. E, de fato, a grande maioria dos sufixos mais produtivos se enquadra nessa categoria, assim como os processos de derivação regressiva e derivação parassintética.

O fenômeno da mudança de classe não é, contudo, uniforme: alguns processos parecem apenas mudar a classe no sentido de formar uma palavra com as propriedades gramaticais de uma dada classe; outros processos conferem um significado preciso à palavra formada, além de a enquadrarem numa classe determinada.

Por exemplo, o sufixo *-mento* parece apenas transformar um verbo num substantivo, como em (1) abaixo:

- (1) a. *Nestes casos, o melhor é esquecer.*
- b. *Nestes casos, o melhor é o esquecimento.*

Já o sufixo *-dor*, que também forma um substantivo a partir de um verbo, confere a esse substantivo a noção "indivíduo caracterizado pela idéia veiculada pelo verbo", conforme ilustrado em (2):

- (2) a. *João pensa (muito).*
- b. *João é um pensador.*

A questão da função da mudança de classe nos processos de formação de palavras está envolvida com a própria questão das classes de palavras. Começaremos então por abordar esta questão.

Classes de palavras

Já é quase uma tradição em estudos da linguagem dizer-se que as classes de palavras (também conhecidas como partes do discurso ou categorias lexicais) podem ser definidas por critérios semânticos, sintáticos e morfológicos.

As gramáticas normativas privilegiam o critério semântico na classificação das palavras, embora utilizem todos os critérios. No estruturalismo, critica-se a gramática tradicional pela mistura de critérios e privilegiam-se os critérios morfológico e funcional. Na teoria gerativa transformacional, as classes de palavras são definidas apenas em termos de propriedades sintáticas.

A questão da definição de classes de palavras é bastante complexa, quer em relação aos critérios, quer em relação ao fato de que a adequação de definições de classes varia de língua para língua. Aqui, vamos colocar a questão a partir das necessidades de uma abordagem adequada aos processos de formação de palavras em português.

Os três critérios

Passaremos a considerar a questão dos critérios de definição de classes de palavras a partir das motivações

internas à formação de palavras. Para isso, vamos inicialmente caracterizar cada critério e posteriormente estudar sua relevância. Dado que apenas substantivos, adjetivos, verbos e advérbios estão envolvidos em processos de formação de palavras, vamos nos deter aqui apenas nessas classes.

O critério semântico

Dizemos que as classes de palavras são definidas pelo critério semântico quando estabelecemos tipos de significado como base para a atribuição de palavras a classes.

A maior parte das definições de substantivo que encontramos nas gramáticas é de base semântica. Em geral, o substantivo é definido como a palavra com que designamos os seres. Pela sua própria natureza, o substantivo é definido com relativa facilidade pelo critério semântico.

O adjetivo, no entanto, é de definição bem mais difícil a partir de um critério semântico puro, dada a sua vocação sintática, por assim dizer. De fato, o adjetivo não pode ser definido por si só, sem a pressuposição do substantivo, já que sua razão de ser é a especificação do substantivo.

No entanto, a função semântica do adjetivo é de importância crucial na estrutura lingüística: de certa maneira, o adjetivo tem a mesma razão de ser que os afixos, no sentido de permitir a expressão ilimitada de conceitos sem a exigência de uma sobrecarga da memória com rótulos particulares. Para esclarecer esse ponto, considerem o exemplo abaixo:

- (3) criança a. *bonita, feia, simpática*
 b. *magra, gorda, alta, baixa*
 c. *sadia, doente, subnutrida*

- d. *bem-educada, malcriada*
 e. *Feliz, infeliz*
 f. *neurótica, autista*
 g. *brasileira, estrangeira*
 e assim por diante.

Como vemos, uma série de conceitos diferentes podem ser expressos pela especificação de um adjetivo ao substantivo; é esta a função do adjetivo: uma função nitidamente semântica, a de especificar o substantivo, assim permitindo a expressão de um teor praticamente ilimitado de especificações com o uso de elementos fixos; mas uma função dependente do substantivo por sua própria natureza e razão de ser.

Quanto ao verbo, é normal defini-lo semanticamente como a palavra que exprime ações, estados ou fenômenos. Essa definição pura e simples em termos semânticos não é suficiente, no entanto, já que ações, estados e fenômenos podem ser expressos por substantivos. Assim, há que se acrescer à definição semântica do verbo ou uma dimensão morfológica, em virtude da gama de variações flexionais que lhe são características, ou uma dimensão discursiva, relacionada à questão do momento do enunciado, por exemplo.

No caso do advérbio, teríamos algo análogo ao caso do adjetivo, já que advérbios permitem especificação da ação, estado ou fenômeno descrito pelo verbo.

Em suma, o critério semântico é fundamental para a definição das classes vocabulares produtivas no léxico. Mas não é um critério suficiente, pelo menos nos termos até agora encontrados em definições, já que noções igualmente rotuladas podem ser expressas por mais de uma das classes estabelecidas. Por exemplo, ações podem ser expressas por nomes e verbos, qualidades são designadas por substantivos e adjetivos, e assim por diante.

O critério morfológico

Entendemos por critério morfológico a atribuição de palavras a diferentes classes, a partir das categorias gramaticais que apresentem, assim como das características de variação de forma que se mostrem em conjugação com tais categorias.

De acordo com o critério morfológico, o substantivo é definido como uma palavra que apresenta as categorias de gênero e número, com as flexões correspondentes.

Embora demonstre alto teor de eficiência em relação a classes como verbo e advérbio, a definição morfológica do substantivo não distingue adequadamente esta classe da dos adjetivos, já que estes possuem as mesmas categorias. A diferença entre substantivos e adjetivos, neste particular, pode ser abarcada, no entanto, pela distinção imanente/dependente, já que o gênero e o número dos adjetivos depende do gênero e número de substantivos a que se referam, enquanto no caso dos substantivos o gênero e o número são imanentes.

A classe dos verbos é talvez a mais privilegiada no que respeita a uma definição pelo critério morfológico, dada a riqueza e particularidade da flexão verbal. Assim, o verbo às vezes é definido exclusivamente em termos de sua caracterização morfológica.

Quanto ao advérbio, este pode ser definido em oposição às demais classes observadas pela simples propriedade de ser morfológicamente invariável.

O critério sintático

As classes de palavras podem também ser definidas por um critério sintático. Nesse caso, atribuímos palavras

a classes a partir de propriedades distribucionais (em que posições estruturais as palavras podem ocorrer) e/ou funcionais (que funções podem exercer na estrutura sintática).

Por exemplo, afirma-se que o substantivo é a palavra que pode exercer a função de núcleo do sujeito, objeto e agente da passiva. Outra possibilidade de caracterização é a posição de núcleo frente a determinantes, como artigos, demonstrativos e possessivos, ou modificadores, como adjetivos e sintagmas preposicionados. Assim, por exemplo, dizemos que *sapato* é um substantivo porque podemos dizer *o sapato*, *meu sapato*, *este sapato*, *sapato bonito*, *sapato de Pedro*. Já *bonito* não é um substantivo, pois não podemos dizer *o bonito*, *meu bonito*, *este bonito*, *bonito bonito* ou *bonito de Pedro*.

A definição do adjetivo em termos funcionais é bastante fácil, dada a função natural do adjetivo em relação ao substantivo. Assim, muitas vezes o adjetivo é definido como palavra que acompanha, modifica ou caracteriza o substantivo. É interessante notar, no entanto, que a definição puramente sintática do adjetivo não é suficiente, dado que não distingue adjetivos de determinantes: estes últimos também acompanham o substantivo. A diferença é que determinantes apontam e estabelecem relações enquanto adjetivos caracterizam ou especificam. Mas essa diferença é mais de natureza semântica e discursiva do que sintática.

A classe dos verbos é bastante difícil de definir em termos sintáticos, dado que o predicado pode não ser verbal.

Já no caso do advérbio, a definição sintática é fácil, pois o advérbio exerce junto ao verbo função de modificador, análoga à função exercida pelo adjetivo junto ao nome. Essa colocação não cobre todos os casos, naturalmente, já que as palavras que consideramos como advér-

bios podem se referir à frase como um todo, entre outras possibilidades que necessitam de um estudo detalhado.

A conjunção dos critérios

Uma questão que às vezes se coloca em relação às classes de palavras é a questão da multiplicidade de critérios de classificação. Vimos, por exemplo, que há teorias que classificam palavras em termos puramente sintáticos; existem propostas de classificação exclusivamente morfológica; e a gramática tradicional privilegia, embora sem exclusividade, a noção semântica.

Essa questão se prende diretamente à questão da hierarquia de critérios, dentro do problema da generalidade da descrição.

Em princípio, um item lexical é um complexo de propriedades morfológicas sintáticas e semânticas. Assim, sua pertinência a classes deve ser estabelecida em termos morfológicos, semânticos e sintáticos.

Ora, poderíamos teoricamente imaginar propriedades sintáticas, semânticas e morfológicas independentes umas das outras, de tal modo que uma palavra designando seres poderia ser modificadora de outra e apresentar um esquema de variações flexionais de tempo, modo, aspecto, etc.

Entretanto, as coisas não são assim; o que observamos é que, para cada classe, as propriedades semânticas são diretamente ligadas às propriedades sintáticas e morfológicas: só temos gênero e número nas palavras que designam ou caracterizam seres; palavras que apresentam flexão de tempo, modo, aspecto, etc. não podem ocorrer como núcleo do sujeito; só palavras invariáveis modificam verbos; e assim por diante.

Ora, na medida em que há uma relação óbvia (embora não totalmente uniforme) entre propriedades semânticas, sintáticas e morfológicas, uma questão geral de descrição se coloca: seriam certas propriedades derivadas de outras propriedades? Se esse fosse o caso, a definição mais adequada seria aquela em que teríamos refletida essa hierarquia.

Um pouco de formalização

Para que se veja mais claramente a questão que se coloca em relação aos três critérios e sua possível hierarquia, trataremos aqui da formalização elementar de processos de formação de palavras.

Uma RFP (Regra de Formação de Palavras) sufixal é descrita basicamente a partir do esquema abreviado abaixo:

$$[X]_A \rightarrow [[X]_A Y]_B$$

onde X representa a base e A e B são categorias lexicais ou classes de palavras. Por exemplo, teríamos, entre outras, as seguintes regras de nominalização de verbos:

$$a. [X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ ção }]_S$$

$$b. [X]_V \rightarrow [[X]_V \text{ ção }]_S$$

onde V representa "verbo" e S representa "substantivo".

Estas descrições formais esquemáticas se fundamentam, pois, em classes de palavras. A pergunta que se coloca, em conseqüência, é o que deve ser representado pelos símbolos V (verbo), S (substantivo), Adj (adjetivo) e Adv (advérbio), enquanto elementos de formalizações descritivas de processos de formação de palavras.

Por exemplo, quando dizemos que $-ção$ se adiciona a verbos para formar substantivos, queremos dizer que

-ção só pode ser adicionado a formas que apresentam todo um esquema de flexão modo-temporal e número-pessoal?

Ou queremos especificar que -ção só se adiciona a uma base que tenha que funcionar como núcleo de um predicado verbal? Ou ainda que -ção seleciona bases que indiquem ações, eventos e estados? Ou, mais ainda, queremos dizer que -ção só se combina com bases que apresentem as três características em conjunto?

Do mesmo modo, o mais importante ou o mais adequado é dizer que -ção forma palavras que podem ser núcleos de um sujeito? Ou que forma palavras que apresentam as categorias de gênero e número?

Fica claro, pois, que para a descrição dos processos de formação de palavras temos muitas decisões a tomar.

A primeira e essencial é determinar se, para os efeitos da descrição dos processos de formação, as classes de palavras devem ser consideradas em termos dos conjuntos de propriedades definidos pelos três critérios ao mesmo tempo ou se deve haver uma hierarquia de critérios.

Caso optemos pela segunda alternativa — melhor dizendo, caso a análise cuidadosa e detalhada dos fatos nos leve à segunda alternativa —, temos que determinar qual é o critério predominante e como os outros são derivados deste.

A situação é bastante complexa, porque não podemos descartar a hipótese de que diferentes critérios sejam básicos em diferentes processos; ou que diferentes critérios sejam básicos em diferentes partes dos processos.

Por exemplo, poderíamos chegar à conclusão de que o fator semântico é preponderante na formação de verbos, enquanto o fator sintático é o crucial na formação de nomes.

Do mesmo modo, poderíamos chegar à conclusão de que o fator semântico é o único relevante para a seleção

de bases de formação, mas o fator sintático poderia ser igualmente relevante na determinação dos produtos de regras de formação. E assim por diante.

Estes breves comentários ilustram a dificuldade que a questão das classes de palavras apresenta para o estudo da formação de palavras — e, claro, a dificuldade que um conhecimento maior dos processos de formação de palavras apresenta para qualquer estudo de classe de palavras.

Um exemplo concreto

Nesta seção vamos ver um exemplo concreto dos problemas que encontramos na descrição de processos particulares em relação à questão de classes de palavras: o caso do sufixo *-vel*.

Tradicionalmente, diz-se que *-vel* se combina com verbos para formar adjetivos que qualificam algo ou alguém “paciente potencial em relação ao verbo base”. Por exemplo, a partir do verbo *lavar* formamos o adjetivo *lavável*, que caracteriza algo como “podendo ser lavado”.

Entretanto, temos formações com *-vel* na língua coloquial, não apenas falada e familiar, mas também jornalística, que ocorrem a partir de substantivos, indicando uma função ou cargo de projeção: *presidenciável*, *ministeriável*, *prefeitável*, *reitorável*, etc.

A construção sobre substantivos tem função idêntica à de base verbal: formar adjetivos que qualificam algo ou alguém como paciente potencial. Só que, não sendo a base um verbo, o produto do processo passa a caracterizar alguém como paciente do processo relativo à base: no caso, nomeação ou escolha para o cargo.

O fenômeno de extensão de base das formações em *-vel* ilustra o problema das classes de palavras no que

concerne à especificação das bases sobre as quais um processo se aplica.

No caso em pauta, as formações podem ser feitas na base de substantivos. Não se trata, porém, de qualquer substantivo, mas apenas aqueles correspondentes a cargos ou funções. Este particular nos indica que a disponibilidade para formações em *-vel* vem de um fator semântico, em oposição a fatores morfológicos ou sintáticos.

Por outro lado, o próprio fato de *-vel* estender suas possibilidades de base a tais substantivos já indica como elemento relevante o elemento semântico, e não fatores morfológicos ou sintáticos.

Nesse sentido, poderíamos redefinir a função do processo de adição de *-vel*, levando em conta as formações de base não-verbal: *-vel* forma adjetivos que caracterizam algo como "paciente potencial em relação à base da construção".

Ora, a própria definição da função do processo seleciona preferencialmente bases verbais transitivas; mas não exclui outras possibilidades, como a transitivação de bases normalmente consideradas intransitivas, bases compatíveis com a noção de paciente potencial ou até mesmo bases presas, que não apresentam uma classe de palavras determinada.

Nesse caso, portanto, fica evidente que o fator de relevância é o fator semântico, no que concerne à seleção de bases.

Quanto ao produto, este é invariavelmente um adjetivo, mas poderíamos talvez dizer que suas propriedades sintáticas e morfológicas de adjetivo derivam de suas propriedades semânticas. A razão é simples: se, através do acréscimo de *-vel*, formamos uma palavra com função de caracterizar algo ou alguém como paciente potencial, o processo contém a função semântica do adjetivo em sua própria descrição — a função de caracterizar um ser.

O breve exame desse exemplo mostra com mais clareza o quanto é importante para a descrição dos processos lexicais a questão da hierarquia de critérios na especificação de classes de palavras. No caso de *-vel*, vislumbramos a possibilidade de descrever o processo pelo critério semântico e derivar deste as propriedades morfológicas e sintáticas. Teríamos, então, uma hierarquia, em que o critério semântico assumiria a posição essencial.

Resta saber se em outros casos de formação de palavras teríamos uma situação equivalente. Isso nos leva diretamente ao tema dos próximos capítulos.

9

Função sintática, função semântica e função discursiva

Dada a dificuldade que temos para determinar a natureza das classes de palavras, no sentido de se estabelecer ou não uma hierarquia de critérios e de que critérios seriam considerados essenciais no caso do estabelecimento de tal hierarquia, coloca-se também a questão da relativa relevância da função sintática e da função semântica nos processos de formação de palavras. A estas, devemos acrescentar a possibilidade de atribuir uma função discursiva a certos processos de formação.

Colocação do problema

Anteriormente, tal problema não se colocava, visto que na gramática tradicional as classes de palavras eram definidas em termos de critérios mistos. Assim, a descrição de qualquer processo poderia ser entendida de mais de uma maneira, englobando diferentes características das palavras.

Por outro lado, também não se colocava a própria questão de processos de formação, já que as palavras

eram abordadas mais num sentido de análise de estrutura de formas já feitas do que de investigação sobre possibilidades de formação.

Mas, na medida em que vemos que os vários critérios podem ter níveis diferentes de relevância e podem eventualmente ser derivados uns dos outros; e na medida em que, para podermos descrever as possibilidades de aplicação de processos de formação a classes de bases, temos que definir com mais precisão essas bases, surge a questão da relativa relevância da função sintática e da função semântica nos processos de formação de palavras no léxico.

Os dois blocos fundamentais

Podemos dizer que, para efeitos de comunicação, a mecânica da linguagem se baseia em dois tipos fundamentais de mecanismo: a formação de palavras e a formação de enunciados.

As palavras têm basicamente a função de nomear ou categorizar, seja seres ou eventos específicos, seja tipos resultantes de classificações. Já a formação de enunciados teria como função básica a referência a seres ou eventos, estados, situações, etc., estabelecendo relações entre estes e/ou com o falante e/ou ouvinte.

Ora, na medida em que os enunciados são construídos a partir de certas regras de estruturação, e estas são sensíveis a categorias lexicais, seria natural considerarmos que uma das funções da formação de palavras seria a de adequar a idéia contida em um item lexical às necessidades de utilização daquela idéia — ou daquele item — para a formação de um determinado tipo de enunciado.

Seria também natural pensar, dada a função de categorização do léxico, que a função primordial dos mecanismos de formação de palavras seria a de fornecer novos

rótulos para novas categorizações, ou seja, efetuar novas denominações.

Basicamente, então, a formação de palavras apresentaria duas funções essenciais: a de denominação e a de adequação ao enunciado.

O enunciado, por sua vez, pode ser encarado pelo menos de dois pontos de vista: de um ponto de vista mais global, no qual poderíamos incluir vários aspectos, desde a atitude do falante frente ao que está falando ou à situação de fala (discurso formal ou informal, distanciamento ou não, atitudes subjetivas, etc.) até a consideração da estrutura global do enunciado com seus diferentes pontos de conexão; e de um ponto de vista mais pormenorizado, focalizando as unidades menores que se interconectam na formação do discurso e que, em sua estruturação interna, se incluem no objeto de estudo da sintaxe.

Assim, levando em conta essa subdivisão, podemos pensar pelo menos em três funções fundamentais para a formação de palavras: a função de denominação, que corresponde, naturalmente, a necessidades semânticas; a função de adequação discursiva e a função de adequação sintática. Entretanto, não se pode descartar a possibilidade de que estas funções sejam mescladas, pelo menos em alguns casos.

Casos de função semântica

Entre os casos de formação de palavras em que se nota uma função puramente semântica estão a maioria das ocorrências de prefixação e composição.

Que a prefixação não apresenta função sintática de mudança de classe é evidente pelo simples fato de que a adição de prefixos não muda a classe das palavras-base,

e nem mesmo estabelece subclasses, na maior parte dos casos.

Por exemplo, apresentam apenas função semântica os processos de adição dos prefixos: *re-*, indicador de repetição (*ler/reler, começar/recomeçar*); *pré-*, indicador de anterioridade (*julgar/prejulgar, ver/prever*); *sub-*, indicador de situação em nível inferior (*chefe/subchefe, solo/subsolo*); os prefixos *in-* e *des-*, indicadores de negação (*fazer/desfazer, feliz/infeliz*); e assim por diante.

Nos casos de composição, temos duas situações: (a) o composto apresenta a mesma classe que sua base; e (b) o composto, como um todo, apresenta uma outra classe gramatical.

No caso (a), podemos considerar que não há mudança de classe, já que se conserva a classe da base. De fato, nestes casos, embora possamos ter combinações de palavras de classes diferentes, a estrutura de formação é a mesma das formas derivadas, no sentido de que uma das palavras constitui a base da composição enquanto a outra funciona como elemento especificador de maneira análoga ao afixo.

Assim, em casos como *navio-escola, peixe-espada, azul-celeste, água-de-cheiro, couve-flor, mal-afamado, mal-dizer*, etc. mantém-se a classe e temos apenas uma função semântica de especificação. O mesmo acontece em composições de radicais onde o primeiro termo especifica o segundo, o qual constitui o núcleo da composição. Alguns exemplos: *psicanálise, melodramático, cardiovascular, neurolingüística*.

No caso (b), a mudança de classe decorre da própria função de denominação dos processos. Assim, por exemplo, composições verbo + substantivo do tipo *guarda+X* ou *porta+X* (*guarda-chuva, guarda-costas, portaluvas, porta-estandarte*) têm como produto palavras que caracterizam indivíduos ou objetos por sua função, ex-

pressa nos termos da composição. Em conseqüência, apesar de a base da composição ser o verbo, tais composições são substantivos, pelo fato de que indivíduos e objetos são designados por substantivos. Isto é, a motivação para a mudança de classe é semântica.

Função semântica e mudança de classe

Os casos mais claros de função semântica exclusiva são aqueles em que verificamos que não há mudança de classe. Entretanto, conforme acabamos de ver no caso (b) de composição, estes não são os únicos casos. Encontramos também processos cuja motivação parece ser exclusivamente semântica, apesar de trazerem uma mudança de classe.

Talvez o caso mais interessante neste particular seja o caso dos processos de formação de verbos.

Verbos a partir de adjetivos

Considerem, por exemplo, os processos de formação de verbos a partir de adjetivos, como em *nacional/nacionalizar, simples/simplificar, duro/endurecer, mole/amolecer, doce/adoçar*, etc. Em todos esses processos temos por base um adjetivo e por produto um verbo cujo significado corresponde a uma mudança de situação, no sentido de algo ou alguém passar a ter a propriedade expressa pelo adjetivo. Alguns exemplos em frases:

- (1) *O Presidente nacionalizou os bancos.*
- (2) *O diretor conseguiu simplificar o processo de admissão.*
- (3) *Para adoçar o xarope, é só colocar uma colher de mel.*

(4) *O asfalto amoleceu com o calor.*

Em (1), *nacionalizar os bancos* corresponde a uma mudança de situação tal que os bancos passam a ser nacionais; em (2), a mudança incide no processo de admissão, que passa a ter a propriedade *simples*; em (3), o xarope passaria a ter a propriedade *doce*; e assim por diante.

Em alguns casos o verbo apresenta também um significado causativo. Assim, por exemplo, *adoçar* significaria “causar” uma mudança no estado de coisas — a saber, algo passa a ter a propriedade “doce” — ou “fazer algo ficar doce”.

Função do processo

Vejamos agora a questão da função do processo. Trata-se, naturalmente, de um processo de formação que corresponde a uma mudança de classe: a partir de um adjetivo forma-se um verbo.

Mas, será que podemos dizer, nesse caso, que a função do processo é a mudança de classe? Ou seja, podemos dizer que esse processo existe simplesmente porque queremos usar o adjetivo como verbo? E, se dissermos isso, o que estaremos querendo dizer?

A resposta a estas perguntas depende de como tivermos definido “classe de palavras”. Da mesma maneira, decisões prévias seriam necessárias para que se pudesse especificar o que significa “usar o adjetivo como verbo”.

Entretanto, um ponto é bastante claro: os processos apresentam um significado preciso, que não se identifica à mera noção de verbo. Ora, se esse é o caso, já não podemos dizer que a função do processo é a mudança de classe.

Talvez pudéssemos dizer que a própria função semântica do processo é uma função verbal, isto é, que a idéia “mudança de estado tal que algo passa a ter uma determinada propriedade” é uma noção basicamente a ser expressa por um verbo. Isso explicaria a mudança de classe, mas a classe seria uma consequência da função semântica inicial do processo.

Assim, a função do processo seria uma função apenas semântica, apesar de conter uma mudança de classe.

Nomes de agente

Um outro caso em que temos uma função basicamente semântica envolvida em mudança de classe é o dos processos de formação de nomes de agente e instrumento, do tipo *X-dor*, como em *guardador*, *administrador*, *varredor*, *ventilador*, *computador*, etc.

A função do processo é caracterizar um indivíduo (agente) ou objeto (instrumento) pelo exercício da ação ou função expressa pelo verbo que serve de base à formação.

Por exemplo, em *administrador*, fazemos referência a um indivíduo caracterizado por exercer a função de *administrar*; em *ventilador*, rotulamos um objeto pela sua função de *ventilar*; *coador* caracteriza um instrumento necessário à ação de *coar*; e assim por diante.

Como a função básica na formação de agentes/instrumentos é a referência a indivíduos/objetos, qualquer regra de formação de agentes/instrumentos especifica seus produtos como substantivos, pois indivíduos e objetos, como os demais tipos de seres e entidades, só podem ser designados por substantivos.

Temos, portanto, mais um caso em que a mudança de classe num processo de formação é consequência necessária da função semântica inicial.

Mudança de classe com função sintática

Passaremos a examinar casos de formação de palavras com função de adequação ao enunciado, começando com os casos de função sintática.

Não é fácil afirmar, de qualquer processo de formação, que se trata de um processo de função puramente sintática. Isso se deve, por um lado, ao fato de que, ao se incluir o fator semântico na definição de classes de palavras, não podemos mais atribuir uma função sintática a qualquer processo envolvendo mudança de classe. Por outro lado, a consideração do enunciado numa dimensão maior, além do nível da frase, coloca em possíveis funções sintáticas de processos uma eventual função discursiva.

Talvez o processo que mais se aproxima de uma motivação puramente sintática seja o de formação de advérbio a partir de adjetivos através do acréscimo do sufixo *-mente*. Vejam os exemplos abaixo:

- (5) a. *Eu vou ser franco.*
b. *Eu vou falar francamente.*
- (6) a. *João é vagaroso para comer.*
b. *João come vagarosamente.*
- (7) a. *É provável que João venha.*
b. *Provavelmente João virá.*

Esses exemplos mostram que a forma adverbial em *-mente* é uma necessidade sintática: na medida em que o enunciado se constrói de modo a ter um verbo no predicado, o modificador passa a se referir ao verbo e, portanto, tem que assumir uma forma adverbial.

Naturalmente, esses exemplos não esgotam os usos de advérbios formados na base de adjetivos; os mesmos ou outros advérbios poderiam ser usados em outras situações. Mas a função exemplificada é um caso nítido de formação com função sintática.

Função sintática da nominalização

Damos o nome geral de “nominalização” ao conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos.

A nominalização é um dos casos mais complexos de formação de palavras no que respeita à determinação da função, no sentido de que os vários processos de nominalização parecem apresentar funções múltiplas simultâneas.

Entretanto, podemos observar isoladamente uma função sintática na nominalização de verbos. Considerem os exemplos que se seguem:

- (8) a. *João achou mais importante pintar as janelas.*
b. *João achou mais importante a pintura das janelas.*
- (9) a. *O governo queria que a economia crescesse a qualquer custo.*
b. *O governo queria o crescimento da economia a qualquer custo.*
- (10) a. *João ter vindo foi um absurdo.*
b. *A vinda de João foi um absurdo.*

Nos exemplos acima temos uma correspondência entre estruturas verbais (frases *a*) e estruturas nominais (frases *b*); a forma nominalizada ocorre nas frases *b* como um requisito de adequação sintática às estruturas nominais.

Funções discursivas

Vamos considerar sob este rótulo os vários aspectos mais globais do enunciado, mencionados anteriormente dentre as funções de adequação ao enunciado. Podemos destacar, sobretudo, dois tipos de função, a função de atitude subjetiva e a função textual.

O primeiro tipo corresponde a funções envolvidas com a expressão de atitudes subjetivas em relação ao objeto do enunciado. Um caso típico da função de atitude subjetiva são os palavrões. Na próxima seção, veremos que esse tipo de função aparece frequentemente em processos morfológicos em português.

O segundo tipo abrange funções envolvidas com a adequação de itens e/ou classes lexicais e/ou gramaticais no que concerne ao tipo de discurso e à construção de estruturas globais do enunciado. Casos frequentes de função textual são as anáforas, os conectores lógicos, o emprego de tempos e modos, etc. Mas estas funções também podem ser preenchidas, pelo menos parcialmente, por processos de formação de palavras.

Função de atitude subjetiva

A função de atitude subjetiva está presente em um número bastante grande de processos de formação de palavras em português, embora na maioria dos casos essa função esteja presente juntamente com outras funções, sobretudo de natureza semântica.

Encontramos casos, no entanto, de utilização de processo de derivação com função exclusivamente de indicar atitude subjetiva. Talvez o caso mais nítido desse tipo seja o dos chamados diminutivos pejorativos.

A pejoratividade é, naturalmente, o caso por excelência da expressão da atitude subjetiva em relação ao enunciado ou alguma de suas partes. Em português existe uma quantidade considerável de afixos para a formação de pejorativos, mas estes, em geral, adicionam um caráter pejorativo a alguma outra função ou significado qualquer.

Entretanto, no caso do sufixo *-inho*, temos a utilização do diminutivo com uma função exclusivamente pejorativa. Vejam, por exemplo, as frases abaixo:

(11) *Maria era uma secretariazinha de segunda classe.*

(12) *O vestido era de um algodãozinho ordinário.*

Em (11), o tamanho de Maria não entra em cogitação; em (12), o referido é um tecido e, portanto, não passível de dimensionamento. Em ambos os casos, o reforço de pejoratividade é colocado para evitar interpretações ambíguas.

Poderíamos abarcar também nessa função o chamado uso do diminutivo na linguagem afetiva, como em (13) e (14):

(13) *Vem, filhinho, a sopinha está pronta.*

(14) *Trouxe para você uma manteiguinha especial.*

onde, mais uma vez, não se trata de dimensão concreta, mas de atitude do falante frente ao enunciado, seu objeto ou alguma de suas partes.

Função textual

Da mesma maneira que a função anterior, a função textual aparece sobretudo em processos que apresentam também outras funções.

Talvez o processo mais nítido no sentido de apresentar uma função textual seja, mais uma vez, a nominalização.

Embora se possa dizer também que a nominalização tem uma função sintática, já que se realiza no âmbito da sintaxe sentencial, a função primária desse processo na estrutura global do texto é bastante clara em textos como:

(15) *Agradecendo seu empenho na resolução urgente do problema, subscrevo-me.*

(16) *O atendimento da solicitação evitará uma situação delicada.*

Em (15), as duas nominalizações exercem um papel complexo e fundamental na estrutura e função do enunciado. Por um lado, já existe uma certa exigência da regência de *agradecer*, que não permitiria com facilidade orações subordinadas introduzidas por *que*. Por outro lado, existe uma função factiva no conjunto *agradecer* + nominalização, que não seria expressa na forma verbal correspondente, por restrições de combinação de tempo:

(17) *Agradeço, se V. Sa. se empenhar.*

(18) **Agradeço que V. Sa. se empenhará.*

Quanto a *resolução*, não apenas a forma nominal se situa melhor com a adjetivação, em oposição a uma forma verbal seguida de advérbio: mais do que isso, a utilização da forma nominalizada permite a focalização do ato verbal como produto acabado, ao invés de processo, reforçando o tom de factividade que é a intenção do enunciado.

Por outro lado, nos mesmos exemplos se ilustra a utilização de estruturas nominais e formas nominalizadas como requisito de determinados modelos textuais adequados a tipos de situação, no caso as cartas formais.

É de se notar a função neutralizadora da nominalização nesse tipo de texto, como se verifica em (16): o uso da forma nominalizada permite a não referência a valores correspondentes a categorias verbais.

Função da estrutura do texto

Entretanto, a função propriamente dita de estrutura textual é exercida pela nominalização no sentido de per-

mitir a compreensão de um texto com encaixamentos múltiplos, o que seria praticamente impossível com a utilização de estruturas verbais. Vejam o exemplo abaixo:

(19) *A constatação da efetividade da declaração de independência levou à certeza da objetividade da luta contra a proliferação de reuniões de revoltosos.*

Nesse exemplo, temos nove nominalizações, sendo cinco de verbos e quatro de adjetivos. Além de outras funções que possam eventualmente exercer, essas nominalizações, em seu conjunto, tornam o texto viável, legível, interpretável. Dificilmente teríamos essas propriedades usando estruturas verbais:

(19) ? *Constatar-se que foi efetivo declarar-se independente levou a se estar certo de que era objetivo lutar para que não proliferassem eventos de revoltosos se reunindo.*

A estranheza dessa construção mostra o teor de importância da nominalização na estruturação textual. Adicionalmente, observem que o termo nominal *evento* teve que ser introduzido, já que uma estrutura verbal não poderia funcionar como sujeito de "proliferar". Temos, pois, mais uma função da nominalização, a de tornar uma idéia verbal passível de ser sujeito de verbos que não permitiriam estruturas verbais como sujeito.

Naturalmente, o texto acima é apenas uma das várias possibilidades de construção correspondentes; mas é suficiente para ilustrar o papel da nominalização na construção de estruturas globais do enunciado, sobretudo no caso do discurso formal escrito.

Uma última função a ser mencionada seria a própria função de sinalização ou adequação ao tipo de discurso. Essa função, aparentemente, é sempre exercida juntamente com outras funções.

Por exemplo, a nominalização, que analisamos há pouco, marca fortemente o discurso formal escrito e, sobretudo, o discurso científico, em oposição, por exemplo, ao discurso narrativo, em que predominam estruturas verbais.

Essas marcas, no entanto, podem derivar parcialmente de um fator de ordem semântica: enquanto no discurso narrativo importam os eventos, normalmente em ordem de ocorrência, no discurso científico importam dados, fatos, fenômenos, relações; daí termos predominância verbal no primeiro caso e predominância nominal no segundo, o que explica a forte marca da nominalização nesse tipo de discurso.

Processo de função mista

Pelo que vimos até agora, a tendência geral dos processos de formação de palavras é a de apresentarem uma função semântica ou uma função mista.

Nominalização

O caso mais nítido de função mista é o da nominalização. Vimos em seções anteriores que os processos de nominalização apresentam um aspecto sintático e exercem funções textuais. Podemos acrescentar a isso a função semântica da nominalização, derivada da função básica do léxico, a função da denominação. Nesse sentido, a nominalização permite a referência a um processo verbal como a um tipo de evento, ação, estado, etc., independentemente de circunstâncias particulares.

Por exemplo, na frase:

(20) *Detesto guerras, odeio destruição.*

fica claro que a forma nominalizada *destruição* é construída apenas para fins de referência ao complexo semântico *destruir* de uma maneira nominal, ou seja, como a uma entidade em si, independente de instâncias particulares do evento, e suas associações de tempo, sujeito e objeto verbal, etc.

Nomes de agente

Um outro caso de nominalização, também já referido anteriormente, é o da formação de nomes de agente. Nesse caso, podemos dizer que não há função sintática primária, pois o objetivo do processo é uma referência a indivíduos e/ou objetos, sendo, portanto, de natureza semântica.

A formação de nomes de agente tem de acréscimo, entretanto, uma função textual: permitir mais um nível de especificação na mensagem, pela substituição de uma construção de oração adjetiva, conforme ilustrado nos exemplos abaixo:

- (21) a. *Os vencedores estão chegando.*
 b. *Aqueles que venceram estão chegando.*
- (22) a. *Os vencedores que conseguiram mais de dez pontos receberão um prêmio extra.*
 b. **Aqueles que venceram que conseguiram mais de dez pontos receberão um prêmio extra.*
 c. *Dentre aqueles que venceram, os que conseguiram mais de dez pontos receberão um prêmio extra.*
- (23) a. *Dentre os vencedores que conseguiram mais de dez pontos, receberão o prêmio apenas aqueles que não estiverem cansados.*

- b. **Dentre aqueles que venceram que conseguiram mais de dez pontos, receberão o prêmio somente aqueles que não estiverem cansados.*

e assim por diante.

Nesses exemplos, de complexidade crescente, a substituição de uma oração adjetiva por uma construção *X-dor* permite sempre um nível a mais de especificação do que seria possível sem a construção morfológica.

Considerações finais

Conforme vimos no início deste capítulo, temos duas funções básicas no jogo da comunicação lingüística: a formação de palavras e a formação de enunciados.

A formação de palavras pode ter uma função exclusivamente cognitiva, como categorização. Mas, em termos de comunicação, a palavra se forma também em função do enunciado. Este, por sua vez, tem nas palavras a substância em que se estrutura.

Assim, é natural que os processos de formação de palavras tenham ou uma função apenas semântica ou uma função mista, em que se liguem fatores semânticos àqueles relacionados ao enunciado ou à relação falante/enunciado.